



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Mariana Esteves Alves

Análise Económica das Piscinas Municipais de Coimbra

Relatório de Estágio de Mestrado em Economia, na especialidade Financeira, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau Mestre.

Orientador Interno: Prof. Dr. Luís Peres Lopes

Orientador Externo: Dr. Rui Pedro Borges

Entidade de Acolhimento: Câmara Municipal de Coimbra

Coimbra, 2017

Agradecimentos

Na última e decisiva etapa da minha vida, enquanto estudante, houve um conjunto de pessoas que foram fundamentais.

Primeiro que tudo, aos dois seres humanos, pai e mãe, que me ensinaram os valores certos da vida, a escolher o caminho a seguir e a manter a meu lado quem me quer bem. Um muito obrigada por tornarem tudo isto possível e, principalmente, por estarem lá. À minha restante e imensa família, que me apoia incondicionalmente, e da qual eu me orgulho todos os dias de pertencer.

Ao meu orientador de estágio da FEUC, Dr. Luís Peres Lopes, em primeiro lugar, por me ter aceite já tão tardiamente e, também, por estar sempre disponível para me receber e auxiliar em tudo o que foi necessário.

Ao meu orientador de estágio na Piscina Rui Abreu, Dr. Rui Pedro Borges, que me acompanhou ao longo de três meses, guiando-me e fornecendo-me todas as ferramentas necessárias à realização deste estágio.

Á minha colega de casa e amiga Mafalda Figueiredo, que tão rapidamente se tornou uma Amiga com “A” maiúsculo. Não esquecerei os serões, as conversas, as gargalhadas e os choros que tivemos. Guardar-te-ei no meu coração e na minha vida eternamente. Á minha grande amiga Jessica Miranda, que apesar de um pouco mais longe, esteve sempre presente em todos os momentos. Um muito obrigada às duas.

Ao João, que tão repentinamente apareceu e para ficar. Obrigada pelo apoio nos últimos meses, pela preocupação e por fazeres parte da minha vida.

A dois amigos, Jorge Pereira, que além de um ser humano excepcional é, também, um grande exemplo de coragem a seguir, e Filipa Cardoso, mais que amiga, mais que família. Obrigada!

A todos os funcionários da piscina que me receberam de braços abertos e me fizeram sentir como se estivesse em casa. Obrigada pelo bom ambiente e receção que jamais esquecerei.

**“Para ter um negócio de sucesso, alguém, algum dia, teve que tomar uma
atitude de coragem”**

(Peter Drucker)

Resumo

As piscinas municipais de Coimbra são um conjunto de complexos de grande importância para o município, não só, pelo âmbito da sua construção, mas, também, pela dimensão das suas instalações. Vários estudos revelam a importância da prática de desporto e da natação, como um benefício inquestionável à saúde mental e física de cada indivíduo, que a médio prazo, se tem vindo a notar pelo aumento da frequência que as piscinas têm sido alvo. Assim, o seu estudo económico torna-se uma questão pertinente. A autarquia de Coimbra, apresenta uma situação financeira favorável, que permite a gestão de todos os serviços municipais. As receitas associadas às piscinas são, de facto, insuficientes, comparando com o valor das despesas anuais que são incorridas por estas. É necessária uma avaliação dessas despesas, nomeadamente no domínio da eficiência energética, cujo peso é proporcionalmente excessivo. No âmbito das receitas, é necessário procurar aumentar a procura por este serviço, através da realização de campanhas e eventos, que se destinem à atração de utentes. Além disso, as piscinas municipais têm uma localização estratégica nas áreas residenciais, o que se torna uma mais valia, podendo fortalecer o elo de ligação dos utentes às piscinas. Por outro lado, é concedido apoio financeiro por parte da autarquia, sob a forma de isenção total ou parcial, de maneira a seguir o objetivo central da sua existência que, não se prende por gerar lucro mas, sim, permitir a equidade no acesso ao serviço público, a promoção e desenvolvimento da democracia política, social, cultural e económica e a promoção do desenvolvimento e competitividade local.

Palavras-Chave: Piscinas Municipais, Utilizações, Receitas, Despesas

Classificação JEL: H83, M41, Z23

Abstract

The Coimbra Municipal Swimming pools are a group of buildings of great importance for the municipality, not only in its construction but also due to its dimension. Various studies revealed the importance of practicing sport and swimming in particular as an unquestionable benefit for mental and physical health of each individual, which in the medium term has been noticed in the increase of pool attendance. Therefore, the pools' economical study has become relevant. The Coimbra Council presents a favourable financial situation, which allows the management of all municipal services. The income associated with the pools is in fact insufficient when compared to the annual expenses incurred. An evaluation of the expenses is necessary, particularly in the area of energy efficiency, which is proportionately excessive. In terms of revenue, it is necessary to seek to increase the demand for this service through campaigns and events aimed at attracting users. Besides this, the municipal pools have a strategic location in the residential areas, which becomes an added value, being able to fortify the connection link of the users to the swimming pools. On the other hand, the municipality grants financial support in the form of total or partial exemption, as the main objective of its existence is not to generate profit but to permit equality in the access to a public service, the promotion and development of a democratic, social, cultural and economic policy and also promoting local competitiveness.

Keywords: Municipal swimming pools, uses, income, expenses.

JEL Classification: H83, M41, Z23

Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas

CMC – Câmara Municipal de Coimbra

DDJ – Divisão de Desporto e Juventude

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

AMR – Atividades Mais Relevantes

DCTD – Departamento da Cultura, Turismo e Desporto

PMRA – Piscinas Municipais Rui Abreu

COPM – Centro Olímpico de Piscinas Municipais

PMLLC – Piscinas Municipais Luís Lopes da Conceição

PMC – Piscina Municipal de Celas

SGD – Sistema de Gestão Documental

EGT – Equipa de Gestão Técnica

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats

INE – Instituto Nacional de Estatística

GOP – Grandes Opções do Plano

Quant. – quantidade

Sumário

Agradecimentos	iii
Resumo	vii
Abstract.....	ix
Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas	xi
Sumário.....	xiii
Índice de Figuras, Gráficos e Tabelas	xv
Introdução.....	1
1 – Apresentação da Entidade de Acolhimento.....	3
1.1. Câmara Municipal de Coimbra e Estrutura Orgânica	3
1.2. Enquadramento Geográfico, Demográfico e Económico do Município.....	4
1.3. Breve Análise Financeira da Câmara Municipal de Coimbra.....	6
2 – Estágio na Divisão de Desporto e Juventude	13
2.1. Estrutura do DCTD e da DDJ	13
2.2. Objetivos do Estágio Curricular propostos pela entidade de acolhimento.....	14
2.3. Tarefas desenvolvidas	14
3 – Evolução da Situação Financeira das Piscinas Municipais	17
3.1. Análise das Utilizações, Receitas, Despesas e Margens	17
3.2. Estimativa da Tarifa ajustada de entrada por Utente das Piscinas Municipais ...	29
4 – Análise SWOT às Piscinas Municipais de Coimbra	35
Pontos Fortes	35
Pontos Fracos.....	36
Oportunidades.....	37
Ameaças.....	38
5 – Balanço do Valor Acrescentado do Estágio Curricular.....	39
6 – Conclusões.....	41

Análise Económica das Piscinas Municipais de Coimbra

Bibliografia e Webgrafia	44
Anexos	47

Índice de Figuras, Gráficos e Tabelas

Índice de Figuras

Figura 1: Câmara Municipal de Coimbra	3
---	---

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução da População Residente no Município de Coimbra	4
Gráfico 2 - Evolução Temporal dos Acessos Globais das Piscinas.....	18
Gráfico 3 – Evolução Anual das Receitas das Piscinas Municipais de Coimbra	21
Gráfico 4: Evolução Anual da Despesa das Piscinas Municipais.....	24
Gráfico 5 - Evolução Anual da Despesa de cada complexo de 2013 a 2015	24
Gráfico 6 - Evolução Anual dos Vencimentos dos Funcionários das Piscinas Municipais	26
Gráfico 7: Evolução do Custo por utente em cada complexo.....	30
Gráfico 8: Evolução do custo por utente em relação às rubricas de água, luz e gás de 2013 a 2015.....	32

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Indicadores de Equilíbrio de Curto Prazo.....	9
Tabela 2 - Indicadores de Sustentabilidade de Médio/Longo Prazo	10
Tabela 3 - Indicadores de Endividamento	10
Tabela 4: Constituição do Departamento de Cultura, Turismo e Desporto.....	13
Tabela 5 - Discriminação dos Vencimentos dos Complexos de 2013 a 2015.....	27
Tabela 6 - Discriminação das Receitas, Despesas e Margens das Piscinas de 2013 a 2015	28
Tabela 7 - Taxas de uma entrada pontual nas Piscinas Municipais.....	31
Tabela 8: Valor das Margens com uma tarifa de 5€ por entrada	34

Introdução

O presente relatório foi elaborado no âmbito da unidade curricular de Estágio Curricular, com o intuito da obtenção de grau Mestre do Mestrado de Economia, na especialidade Financeira, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. O Estágio com a duração de 15 semanas, decorreu entre o dia 5 de setembro e 13 de dezembro de 2016 e teve como entidade de acolhimento a CMC (Câmara Municipal de Coimbra), na DDJ (Divisão de Desporto e Juventude), com exercício de funções nas Piscinas Municipais Rui Abreu, na Pedrulha, em Coimbra.

O tema proposto para a realização do Relatório de Estágio, consiste na análise económica das Piscinas Municipais de Coimbra. A escolha deste tema prende-se pelo alcance de linhas gerais e analíticas da sobrevivência e gestão económica das piscinas do município, que requerem uma gestão cautelosa e eficaz. De notar que, estas instalações constituem um serviço municipal, com as mais diversas funções: lazer, melhoria de condições de saúde, treino de competição e aprendizagem, tornando-se o seu estudo, importante para a própria entidade e para os seus utilizadores.

A motivação para a realização deste relatório, terá uma vertente contributiva para a entidade de acolhimento em si, na procura da sua melhoria futura e, para mim, por ser a primeira experiência em contexto real de trabalho.

Nos objetivos que me foram propostos alcançar no decorrer do estágio, o principal assentava em averiguar a viabilidade financeira deste serviço municipal, num horizonte temporal à escolha, aferindo as utilizações, as receitas e as despesas associadas a cada uma das instalações, bem como o apuramento do custo por utente, suportado por cada complexo.

O presente relatório apresenta a evolução temporal da avaliação analítica das piscinas, para que seja necessário aferir a sua viabilidade financeira e social para o município.

O relatório será dividido em seis pontos principais. No ponto 1 será apresentada a entidade de acolhimento, onde constará um breve historial da mesma, um enquadramento

geográfico, demográfico e económico, de forma a contextualizar o município, a Estrutura Orgânica que caracteriza a Câmara Municipal e alguns dados financeiros relativos à situação financeira desta. O ponto 2 será destinado à apresentação da Divisão em que o Estágio se insere e à descrição da sua estrutura, funcionamento, objetivos e tarefas realizadas ao longo dos três meses. O ponto 3 será o ponto principal do relatório, onde será exposto o estudo de caso efetuado nas piscinas municipais, com a evolução das respetivas utilizações, receitas, despesas e margens. Neste mesmo ponto, será apresentado, o cálculo do custo por utente, suportado por cada instalação, e uma estimativa de tarifa a cobrar à entrada. No ponto 4 será detalhada a Análise SWOT efetuada aos quatro complexos de piscinas existentes no município, que tem como objetivo a definição dos seus pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças. No ponto 5 será descrito o contributo do estágio curricular para a estagiária e para a entidade em questão. Por último, o ponto 6 destinar-se-á à descrição das principais conclusões a reter na realização deste relatório de estágio.

1 – Apresentação da Entidade de Acolhimento

1.1. Câmara Municipal de Coimbra e Estrutura Orgânica

A entidade de acolhimento a que se refere o presente relatório é a Câmara Municipal de Coimbra. Os Paços Municipais da Cidade estão situados na Praça 8 de Maio, data que simboliza o dia da entrada das tropas liberais na cidade, no ano de 1834 (Andrade, 2016).

Figura 1: Câmara Municipal de Coimbra



Fonte: CMC: Câmara Municipal de Coimbra, (2016)

Ao longo dos tempos conheceu vários locais, entre eles, a Torre de Almedina, no século XIV. No ano de 1835, foi dirigida uma petição aos Deputados da Nação Portuguesa, em que se solicitava uma parte do extinto Mosteiro de Santa Cruz para a Câmara. Inicialmente, todos os serviços afetos a esta, a repartição de Finanças e o Tribunal Judicial funcionavam no mesmo edifício. Atualmente, só alguns dos serviços municipais é que nele perduram.

A Câmara Municipal de Coimbra, sendo um órgão de gestão municipal apresenta uma estrutura organizativa (Anexo 1), tendo por base o Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear e o Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível, com a aprovação da Reorganização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal e da Estrutura Nuclear e Flexível. De notar que todas as unidades orgânicas nucleares, encontram-se sobre a alçada do Presidente da Câmara, bem como do Vereador com a competência delegada em cada área. Aquela, que no presente relatório está em destaque é a de Desporto, cujo vereador é o Dr. Carlos Cidade.

Anualmente, os responsáveis de cada unidade orgânica preparam as GOP (Grandes Opções do Plano), que se subdivide entre o PPI (Plano Plurianual de Investimentos), contendo os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos

estabelecidos, e as AMR (Atividades Mais Relevantes), onde constam as outras atividades do município. O relatório relativo às GOP é efetuado no fim de cada ano.

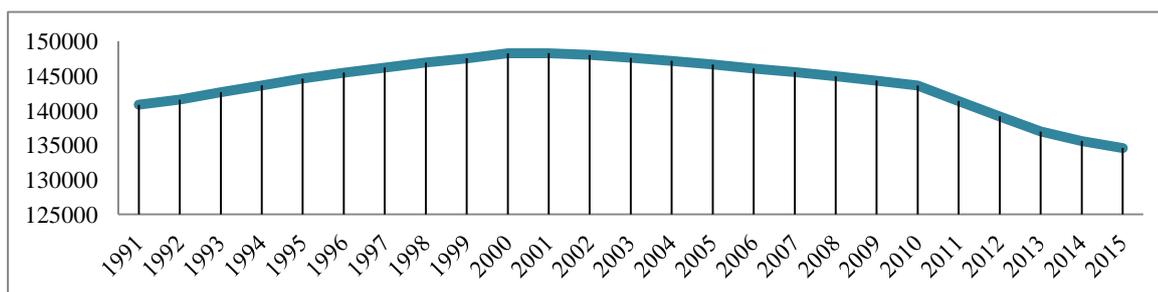
Para o presente relatório, a unidade orgânica nuclear de maior relevância é a do DCTD (Departamento de Cultura, Turismo e Desporto), onde está inserida a DDJ.

1.2. Enquadramento Geográfico, Demográfico e Económico do Município

A entidade de acolhimento insere-se no município de Coimbra, que se localiza na Região Centro de Portugal, mais especificamente na NUT III, denominada por Região de Coimbra. A área aproximada é de 320km², que se subdivide em 18 freguesias (Pordata, 2016). Para que seja possível um enquadramento das piscinas municipais, procede-se a uma análise demográfica do município.

Em 2015, o número de habitantes era de 134 578. Após um período de crescimento até 2000, a população residente do município registou uma ligeira descida até 2010 e uma mais significativa até ao ano de 2015, como é observável pelo Gráfico 1. Contudo, este valor não corresponde o real número de habitantes semanais devido à população estudiantil, cuja proporção, em 2011, em relação à população residente era de 16% (INE, 2012), com a maioria proveniente dos municípios vizinhos.

Gráfico 1: Evolução da População Residente no Município de Coimbra



Fonte: INE: Instituto Nacional de Estatística, (2014), (2016). Elaboração Própria.

No município não só os movimentos pendulares são importantes. Torna-se pertinente a análise da estrutura etária da população (Anexo 2), por forma a apurar se existe uma possibilidade de uma maior frequência futura das piscinas, cujo público alvo abrange, essencialmente, todos os grupos etários, com ênfase na população jovem e idosa.

A base da pirâmide é semelhante em relação ao topo da mesma e a população adulta (dos 25 aos 64 anos) é muito elevada e muito semelhante entre géneros, o que se traduzirá futuramente numa população possivelmente envelhecida.

O aumento semanal e diário de habitantes e a estrutura da população do município pode ser uma vantagem para o serviço municipal em questão, no sentido de que, o número potencial de utentes das piscinas poderá aumentar. Atualmente e, segundo Font-Ribera et al. (2013), a natação é um dos desportos mais praticados nas sociedades ocidentais, onde o sedentarismo e obesidade infantil têm vindo a aumentar. Assim, a sua prática é muito frequente por adultos, pelos seus benefícios físicos e pelas crianças, que tão cedo aprendem a nadar. As consequências da inexistência deste tipo de instalações são muitas a longo prazo, entre as quais, o aumento da falta de exercício entre os jovens, aumento da obesidade, aumento do vandalismo, estilos de vida menos saudáveis, redução da produtividade (Nelson, 2011) e diminuição dos negócios das comunidades (Gardner et al., 2009). Por este facto, é realmente importante a existência de instalações disponíveis à prática deste desporto, não pela viabilidade financeira mas pelos aspetos sociais e medicinais associados.

Além da população residente, existe uma grande parte da população que reside fora do município, mas que trabalha ou estuda em Coimbra. Assim, existe uma proporção de 32,01% de população não residente empregada (INE, 2013), ocorrendo movimentos pendulares diários, quer de outras freguesias do município, quer de outros municípios nos arredores da cidade. Segundo o INE, em 2011, o município que mais albergava população empregada ou estudante em Coimbra era o município de Condeixa-a-Nova, seguido de Montemor-o-Velho, Penacova, Miranda do Corvo, Mealhada, Cantanhede, Lousã, Figueira da Foz e Soure, todos eles pertencentes às NUT III (INE, 2012). Destes dados é possível concluir que, estes municípios se tornaram apenas “dormitórios” para alguma percentagem da população que neles reside, sendo a atividade profissional desenvolvida em Coimbra.

A localização geográfica das piscinas do município, vão de encontro a atingir as diversas áreas residências, já que alguns resultados mostram que, as piscinas estão amplamente disponíveis em territórios residenciais, mas que estas tendem a exibir diferentes características, de acordo com os fatores do processo de urbanização associado e

com a riqueza relativa dessas áreas (Morote, 2017). Assim, torna-se, de facto, inquestionável a importância do lugar geográfico das mesmas.

À parte da localização, é necessário o conhecimento do nível de poder de compra per capita da população residente do município, de modo a se efetivar as condições económicas para a frequência das piscinas. O nível de poder de compra per capita da população residente do município, segundo o INE no período analisado de 2004 a 2013 apresentou um comportamento duplo: de 2004 a 2009 verificou-se um aumento, de 132,47 para 144,88, contudo, de 2009 até 2013, o valor caiu para 130,32. Este valor situa-se acima da média nacional 100 e, em 2013, Coimbra era o quinto município com o nível de poder de compra per capita mais elevado, antecedido de Lisboa, Oeiras, Porto e Faro (Anexo 3). Estes dados tornam-se uma possível vantagem económica para a utilização das piscinas municipais uma vez que, com o aumento do rendimento, existe, consequencialmente, um aumento da procura de atividades de lazer e propícias à saúde.

Ultimamente, o lazer é muitas vezes associado a desporto e à sua prática e, no seu todo, esta pode trazer benefícios em casos de saúde e aparência do indivíduo ou do seu bem estar psicológico (conforto, estilo de vida, *hobbies*). Assim, a participação em atividades desportivas, de entre elas, prática de natação, pode influenciar a felicidade, os níveis de stresse, a saúde física e mental das populações e as suas performances sociais e educacionais (Kuo, 2013 apud Rak, 2014: 539), por isso, é necessário a existência destas instalações no município.

Em suma, apesar da diminuição evidente da população residente, o município apresenta uma estrutura etária favorável no seu conjunto. O benefício da prática de desporto é uma vantagem que este serviço pode aproveitar, numa tentativa de se tornar cada vez mais atrativo para a população de Coimbra.

1.3. Breve Análise Financeira da Câmara Municipal de Coimbra

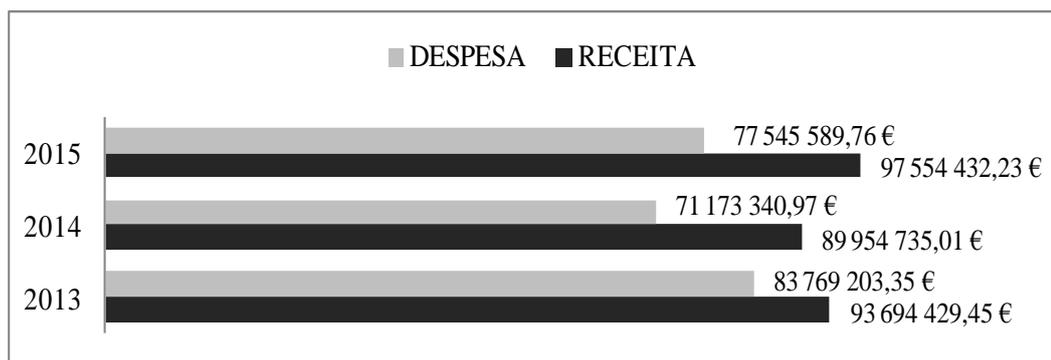
As finanças do Município são anualmente partilhadas, com os munícipes, através de diversos documentos informáticos carregados na página da internet que a Câmara Municipal gere. Assim, é possível aceder às mais variadas informações e documentos públicos, desde regulamentos e taxas, área social, agendas culturais, atas de reuniões de

executivos, planos, orçamentos e contas, entre outros. O acesso aos Relatórios de Gestão, às GOP e às Prestações de Contas da Câmara Municipal é público e estes documentos mostram uma visão financeira geral da autarquia. Com o intuito de contextualizar economicamente as piscinas, irá analisar-se uma evolução temporal (2013-2015) das receitas e despesas gerais da entidade municipal e dos principais indicadores financeiros, que transparecem a sua efetividade financeira.

Receitas, Despesas e Margens

As receitas e despesas globais da Câmara Municipal evoluíram de forma semelhante no período em análise. Pelo Gráfico 2, verifica-se que, de 2013 para 2014, houve um decréscimo nas duas rubricas e de 2014 para 2015, registou-se um aumento, sendo a variação mais significativa do lado das receitas.

Gráfico 2: Evolução Temporal das Receitas e Despesas Globais do Município



Fonte: CMC: Câmara Municipal de Coimbra, (2015) “Relatório de Gestão de 2015”. Elaboração Própria.

No que respeita à receita em 2013, o valor registado advém do elevado peso das receitas correntes (78%) pelas rubricas de impostos diretos e transferências correntes que juntas representam mais de 80%. No ano seguinte, a situação foi semelhante com a exceção do peso das receitas correntes que se alterou e aumentou para 82% no total. Esta alteração é justificada pelo grande decréscimo das receitas de capital em quase 10 milhões de euros, provenientes das rubricas de transferências de capital e passivos financeiros. Em 2015, o crescimento de mais que 8%, deve-se ao crescimento de outras receitas pela rubrica de saldo da gerência anterior que aumentou perto de 9 milhões de euros. No geral,

as receitas apresentaram uma evolução favorável, onde se destaca o enorme peso da rubrica de impostos diretos.

A despesa, a nível global, registou uma evolução positiva com uma tendência decrescente de 2013 para 2014, mas crescente de 2014 para 2015. Em 2013, as despesas correntes representavam um peso de 74% das despesas totais, onde as rubricas de pessoal e aquisição de bens e serviços contribuem desfavoravelmente, pelo elevado peso que representam. No ano seguinte, a diminuição global da despesa justifica-se pelo grande decréscimo nas despesas de capital na rubrica de aquisição de bens de capital em mais de 6 milhões de euros. Em 2015, a despesa aumentou, uma vez que a rubrica de aquisição de capital voltou a registar valores de mais de 14,5 milhões de euros.

Pelo comportamento das receitas e despesas globais ao longo destes três anos de análise, a margem aumentou exponencialmente de 2013 para 2014 e ligeiramente de 2014 para 2015.

Gráfico 3: Evolução Temporal das Margens



Fonte: CMC: Câmara Municipal de Coimbra, (2015) “Relatório de Gestão de 2015”.
Elaboração Própria.

O aumento exponencial foi resultado da elevada diferença positiva ocorrida do lado da despesa de cerca de 12,5 milhões de euros. No ano seguinte, a subida foi ligeira, com um aumento de pouco mais de um milhão de euros. Ainda assim, este valor é consideravelmente favorável, apesar de resultado de um grande aumento da receita, acompanhado de aumento da despesa.

Indicadores Financeiros

Outra questão pertinente é o apuramento do estado financeiro da Câmara Municipal através da análise de indicadores financeiros de equilíbrio de curto, médio e longo prazo, bem como indicadores de endividamento (Caldeira, 2015).

Na Tabela 1 apresentam-se os indicadores de Equilíbrio de Curto Prazo para um período de três anos, de 2013 a 2015.

Tabela 1 - Indicadores de Equilíbrio de Curto Prazo

Indicador	2013	2014	2015
Liquidez Geral	177,0%	230,4%	197,1%
Liquidez Reduzida	172,6%	226,7%	193,6%
Liquidez Imediata	78,0%	137,8%	153,6%

Fonte: CMC: Câmara Municipal de Coimbra, (2013), “Relatório de Gestão 2013”. (2015), “Relatório de Gestão de 2015”. Elaboração Própria.

O primeiro indicador a analisar é o da Liquidez Geral, que mede a capacidade da Câmara para fazer face aos seus compromissos de curto prazo, ou seja, a facilidade de pagamento dos débitos de curto prazo. No período analisado, teve uma variação positiva de cerca de 53 pontos percentuais, de 2013 para 2014, e uma quebra, no ano seguinte, de 33 pontos percentuais. Este indicador deve ser sempre maior que 100%, o que acontece. A Liquidez Reduzida tem o mesmo princípio que o primeiro, contudo é deduzido o valor dos inventários, visto que em caso extremo de falência, este valor não é imediatamente convertível em dinheiro. O comportamento registado no período em análise foi semelhante à Liquidez Geral, sendo que esta é mais exigente que a anterior. O último indicador de Liquidez, a Imediata, mede o grau em que os débitos de curto prazo estão cobertos pelas disponibilidades. A evolução deste rácio tem sido crescente, tendo variações positivas que atingiram cerca de 60 pontos percentuais, de 2013 para 2014, e 16 pontos percentuais de 2014 para 2015.

A Tabela 2 apresenta os indicadores de sustentabilidade de Médio/Longo prazo para o mesmo período que a Tabela 1.

Tabela 2 - Indicadores de Sustentabilidade de Médio/Longo Prazo

Indicador	2013	2014	2015
Solvabilidade I	232,6%	242,6%	234,3%
Solvabilidade II	332,2%	342,6%	334,3%
Autonomia Financeira	69,9%	70,8%	70,1%

Fonte: CMC: Câmara Municipal de Coimbra, (2013), “Relatório de Gestão 2013”. (2015), “Relatório de Gestão de 2015”. Elaboração Própria.

A Solvabilidade I mede o grau de independência em relação aos credores, ou seja, transparece a viabilidade futura da entidade e quanto mais alto o valor, maior é a estabilidade da mesma. No período analisado, este rácio variou de 2013 para 2014, 10 pontos percentuais e variou negativamente, no ano seguinte, 8,3 pontos percentuais. Em termos de Solvabilidade II, que representa a solvabilidade em sentido estrito, uma vez que relaciona o ativo líquido com o passivo líquido, o comportamento foi semelhante ao rácio da Solvabilidade I e situa-se acima do nível esperado (100%).

Um dos rácios mais importantes de sustentabilidade futura, é o de Autonomia Financeira, que permite apurar a percentagem do ativo que é financiada por capitais próprios. Para que a autonomia exista de facto, o valor desta deve situar-se acima dos 30%, o que é verificável nos três anos de análise, com valores registados na casa dos 70%.

Na Tabela 3 são apresentados os dois principais indicadores de Endividamento de 2013 a 2015.

Tabela 3 - Indicadores de Endividamento

Indicador	2013	2014	2015
Estrutura de Endividamento I	27,1%	25,9%	24,1%
Estrutura de Endividamento III	7,9%	7,8%	7,1%

Fonte: CMC: Câmara Municipal de Coimbra, (2013), “Relatório de Gestão 2013”. (2015), “Relatório de Gestão de 2015”. Elaboração Própria.

A estrutura de endividamento I diz respeito às dívidas de médio/longo prazo, que diminuíram em relação à totalidade do passivo devido, essencialmente, à não contratação de novos empréstimos. As dívidas de curto prazo refletem-se na estrutura de

endividamento III e o seu comportamento, também ele decrescente, demonstra a diminuição das pressões de tesouraria da Câmara.

No geral, a Câmara Municipal de Coimbra, apresenta uma situação económica favorável, pelo que é possível um apoio financeiro aos serviços municipais, neste caso de estudo, falando diretamente das piscinas do município.

2 – Estágio na Divisão de Desporto e Juventude

2.1. Estrutura do DCTD e da DDJ

O Departamento de Cultura, Turismo e Desporto, que está a cargo do Dr. Francisco Paz, é constituído por três divisões, como é observável pela Tabela 4.

Tabela 4: Constituição do Departamento de Cultura, Turismo e Desporto

<i>Departamento de Cultura, Turismo e Desporto</i>		
Divisão de Bibliotecas, Arquivos e Museologia	Divisão de Cultura e Turismo	Divisão de Desporto e Juventude

Fonte: Elaboração Própria.

Como já foi referido no ponto anterior, a divisão mais relevante é a DDJ, mais especificamente, a área do Desporto. Esta divisão, outrora denominada de forma diferente funciona, neste momento, nas instalações do Complexo Olímpico de Piscinas Municipais, na Solum.

A área do desporto da DDJ tem a seu cargo cerca de sete instalações desportivas, de entre as quais, as piscinas municipais, COPM (Complexo Olímpico de Piscinas Municipais), PMLLC (Piscinas Municipais Luís Lopes da Conceição), PMRA (Piscina Municipal Rui Abreu) e PMC (Piscina Municipal de Celas), o pavilhão multidesportos Dr. Mário Mexia, a pista de atletismo do Estádio Cidade de Coimbra e o Estádio Municipal de Taveiro. Com a realização do Campeonato da Europa de Futebol - Euro2004 -, o antigo estádio municipal foi demolido e, com ele, as antigas piscinas municipais. Durante o período de obras, a única piscina existente no município era a de Celas.

Com a realização deste grande evento desportivo e as diversas obras que a cidade foi alvo, Coimbra viu o seu parque desportivo crescer com especial ênfase para o aquático, com o surgimento de 3 novos complexos de piscinas: Rui Abreu, na Pedrulha, em 2004, o Olímpico, em 2005, na Solum e o Luís Lopes da Conceição, em 2005, em São Martinho do Bispo. A Piscina de Celas inaugurada em 1991, propriedade do Instituto do Desporto e Juventude passou, em Setembro de 2014 para gestão municipal.

O presente relatório incide, exclusivamente, sobre as piscinas municipais de Coimbra, cujo objetivo central é oferecer uma análise introdutória no que diz respeito às

contas das piscinas. Para esse efeito, analisar-se-á as utilizações, receitas e despesas inerentes às mesmas, com o apuramento do custo por utente em cada uma delas, de forma a se encontrar a tarifa adequada a ser cobrada à entrada de cada complexo, com vista a uma gestão financeira mais eficaz.

2.2. Objetivos do Estágio Curricular propostos pela entidade de acolhimento

No decorrer do estágio foram definidos alguns objetivos comuns a alcançar que se prendem, essencialmente, por conhecer a dinâmica interna das piscinas, bem como o seu funcionamento diário, por colaborar, ativamente, nas tarefas diárias e aplicar os conhecimentos adquiridos durante o plano de estudos do mestrado em questão.

O objetivo central do estágio é analisar analiticamente as receitas e despesas das piscinas municipais, relacionando estas com as utilizações mensais das mesmas. Aqui, o ponto fulcral a atingir será encontrar o custo por utente e um valor adequado, que deveria ser cobrado a cada utente. Além disso, outro objetivo a ser conseguido será o de proceder a uma análise SWOT dos complexos de piscinas do município, com vista a apurar, dentro do ambiente interno das piscinas, os pontos fortes e fracos, e dentro do ambiente externo, as oportunidades e ameaças que esta está sujeita.

O presente relatório vai de encontro ao alcance dos objetivos definidos para a realização do estágio, onde se encontram divulgados os principais resultados e conclusões a retirar.

2.3. Tarefas desenvolvidas

No decorrer do estágio curricular, em contexto real de trabalho foi proposta a realização de algumas atividades, que integram o funcionamento diário da piscina.

No início do estágio, as primeiras tarefas desenvolvidas passaram pelo conhecimento orgânico da Câmara Municipal, a entidade de acolhimento em questão, funcionamento das piscinas e conhecimento das GOP. A maioria das tarefas teve por base, os programas informáticos, sendo um deles o “*Sportstudio*”, que permite gerir receitas, acessos, turmas, utentes e agendas e o “*TAX*”, *software* transversal a todos os serviços

municipais, que permite a emissão de faturas pelos alugueres mensais das instalações de desporto. Foi, também, necessário a utilização do programa da Contabilidade por Centros de Custos para recolher os Balancetes por serviços desagregado, necessários ao ponto 3, na contabilização das despesas.

No decorrer semanal do estágio, foi realizado o acompanhamento das tarefas diárias e semanais da piscina, como, a confirmação das escalas dos funcionários, os requisitos documentais necessários para o despacho de documentos através do SGD (Sistema de Gestão Documental), a emissão de guias de receita, a confirmação dos mapas de ocupação das pistas para posterior emissão de faturas dos clubes, bem como a confirmação das isenções atribuídas.

Para um melhor conhecimento da dinâmica das piscinas, foi realizada, durante o mês de outubro, uma visita às instalações olímpicas e uma explicação de todo o seu funcionamento. Aqui, foi apresentada a equipa de gestão técnica, bem como os funcionários que a constituem e que são transversais a todos os complexos, uma vez que estes exercem funções em todas as instalações, apesar da coordenação desta “equipa” estar sediada na piscina Olímpica. Foi realizada, também, no mês de Novembro, uma visita às instalações da piscina Luís Lopes da Conceição e ao Estádio Municipal Sérgio Conceição, em Taveiro que, muito embora este último não seja objeto de estudo, integra a divisão em análise.

Em suma, esta divisão tem passado por algumas alterações, no âmbito da sua constituição e funcionamento. Contudo, o presente relatório apenas se focará nas instalações aquáticas existentes. Os objetivos a atingir pretendem contribuir para uma melhoria futura do serviço municipal, a nível económico, financeiro e social.

3 – Evolução da Situação Financeira das Piscinas Municipais

A questão central do presente relatório consiste na análise detalhada das receitas e despesas das piscinas municipais de 2013 a 2015. A vantagem de que todos os complexos funcionam de forma estandardizada, apesar das dimensões distintas, permite um tratamento semelhante para todas elas.

3.1. Análise das Utilizações, Receitas, Despesas e Margens

Utilizações

Segundo o artigo 7º do Edital 22/2015 que descreve o Regulamento de Utilização e Funcionamento das Piscinas Municipais (CMC, 2015), as piscinas têm três tipos de utilização: i) Regime Livre, podendo os utentes usufruir das pistas destinadas a esse efeito, ii) Atividades promovidas e apoiadas pelo Município de Coimbra, cujos utentes podem frequentar aulas de Natação, Hidroginástica, HidroDeep, HidroEspecial e HidroBike (embora que não se realizem em todas as instalações) e iii) Cedências de Instalações, onde se inserem os Clubes de Natação, que alugam pistas nas piscinas para desenvolver as suas atividades e lecionarem as suas respetivas aulas. No decorrer do ano, existe ainda a possibilidade de ocorrerem eventos de natação como provas, torneios e competições. Os valores de seguida apresentados estão sujeitos ao fator erro, uma vez que mensalmente ocorrem avarias nos torniquetes de utilização das piscinas (onde é efetuado o registo de acessos) e variações de origem desconhecida.

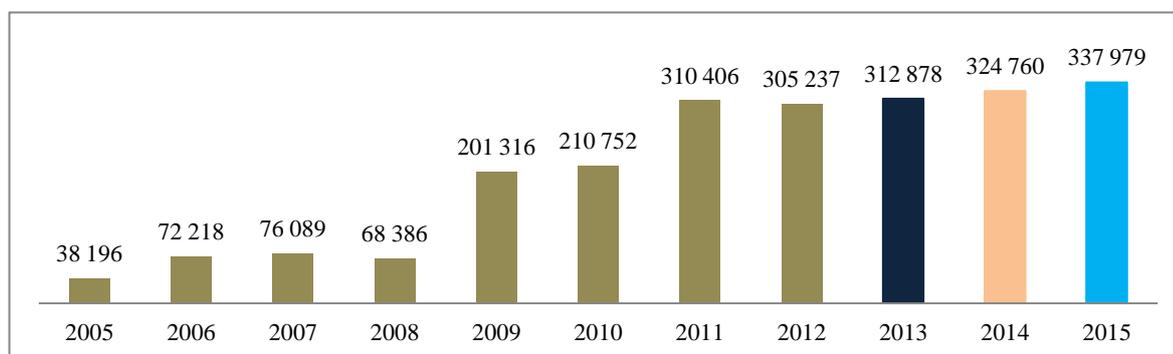
A utilização habitual de cada um dos complexos é diferenciada, não só pelas dimensões de cada um deles mas, também, pela localização geográfica respetiva. A piscina Olímpica é aquela que apresenta uma maior afluência diária, uma vez que, dispõe de piscinas de maior dimensão e de uma localização com uma elevada centralidade geográfica na cidade. A piscina de Celas é aquela que apresenta uma afluência diária mais baixa, pelo menos no período em análise. Os outros dois complexos têm uma afluência relativamente idêntica, ainda que com algumas diferenças mensais.

Na contabilização das utilizações das piscinas foi usado o programa de registo de acessos, o “*Sportstudio*”, onde não foram contabilizadas as entradas como “visitantes/acompanhantes” uma vez que estes não são considerados utentes das piscinas.

Os acessos de “público” foram contabilizados, visto que dizem respeito à assistência de eventos e provas nos complexos. Por outro lado, em Agosto, todas as instalações encerram por um período de quinze dias para manutenção e, por essa razão, durante esse mês, são verificados menos acessos em todas as instalações. Os acessos de Regime Livre que foram usufruídos em determinada instalação, mas que dizem respeito a cartões de acesso de outros complexos, foram contabilizados na instalação de gozo de entrada.

A evolução total dos acessos durante a última década foi positiva e favorável, pelo que é observável pelo Gráfico 2 abaixo indicado. De reter que, de 2005 a 2008, os acessos registados são apenas referentes à piscina Rui Abreu. Apesar da abertura dos outros dois complexos, datar o ano de 2005, o registo normal dos acessos apenas foi iniciado a partir de 2009. No período base de análise deste relatório, de 2013 a 2015, foram introduzidos os acessos da piscina de Celas, cuja abertura ao público aconteceu em 2014. É notório, o ligeiro crescimento dos acessos nas piscinas municipais, ainda que, de 2011 em diante, a média tendencial se situe nos 320 mil acessos.

Gráfico 2 - Evolução Temporal dos Acessos Globais das Piscinas



Fonte: Software “*Sportstudio*”. Elaboração Própria.

Ao longo do período de análise, os acessos de alguns complexos foram distintos, tendo uns aumentado e outros diminuído. A piscina Olímpica é a instalação que apresenta um maior número de acessos, tendo registado uma variação negativa ao longo do período em análise, com uma descida de 9,31% de 2013 para 2015. Os acessos da Rui Abreu cresceram significativamente, com um aumento de 15% de 2013 para 2014 e de 8% no ano subsequente. Na Luís Lopes da Conceição, os acessos aumentaram muito ligeiramente, cerca de 0,87% de 2013 para 2014 e no ano seguinte, ocorreu uma

diminuição de 10,19%. Os acessos de Celas, são crescentes, sendo nulos em 2013, uma vez que esta instalação ainda se encontrava encerrada, e atingiu os 32 mil acessos em 2015.

Numa análise mensal, os acessos variam ao longo do ano e verifica-se um comportamento semelhante para todos os complexos, isto é, o mês de Agosto é o que verifica menos acessos em todos os complexos e em Outubro/Novembro observa-se um pico de utilizações, uma vez que são considerado os meses de abertura da época. Os gráficos referentes à evolução mensal de cada instalação, nos três anos de análise encontram-se em anexo (Anexo 4).

No COPM (piscina olímpica), no primeiro semestre, os acessos variam de mês para mês, mas de Junho em diante, os acessos são praticamente os mesmos. O melhor mês foi o mês de Março, devido à realização de provas e campeonatos. Em 2014, o melhor mês foi Abril, no entanto, os meses de Março, Maio, Junho, Outubro e Novembro foram igualmente favoráveis. No ano de 2015, o mês com mais acessos foi Abril, sendo este o melhor de todo o período em análise, com mais de 24 mil utentes. Curiosamente, de Novembro para Dezembro, os acessos diminuíram 27%, 37% e 31%, respetivamente em 2013, 2014 e 2015.

Os acessos da PMRA (Rui Abreu) são semelhantes nos meses de Julho, Agosto e Setembro. No início dos anos, verificam-se uns aumentos e umas diminuições, mas o melhor ano, até Julho, foi o de 2015. No mês de Outubro houve um pico de acessos no período de análise, principalmente em 2014, devido ao aumento de utentes de regime livre e aulas de nataação e hidroginástica. O melhor mês foi o de Outubro de 2014, tendo sido quase atingidos os 10 mil acessos. Nos meses de Dezembro, também se verifica uma diminuição ao longo de todos os anos.

De todos os complexos aquele que tem um comportamento mais homogéneo é a PMLLC (Luís Lopes da Conceição), sendo que só varia mais de Fevereiro a Maio com algumas crescimentos e diminuições, principalmente no ano de 2014, onde de Fevereiro para Março, os acessos aumentaram 27% e de Março para Abril desceu 22%, com um novo aumento no mês seguinte de 25%.

Na PMC (piscina de Celas), os acessos são bastante inferiores, uma vez que a piscina só foi aberta ao público em Julho de 2014, contudo, esta situa-se numa grande zona

residencial, onde a demografia é elevada. O ano de 2015 foi o melhor ano, já que houve acessos durante todos os meses, com um pico de utilizações no mês de Dezembro muito elevado, ultrapassando o valor registado para a piscina Rui Abreu e Luís Lopes da Conceição.

De um modo geral, o número de utilizações das piscinas é favorável, ainda que estas apresentem um potencial para aumento, em prol do município e dos munícipes.

Receitas

As receitas das piscinas municipais provêm dos pagamentos efetuados pela utilização de Regime Livre, cedência de pistas a clubes, mensalidades de atividades promovidas pela Câmara e venda de artigos de piscina, como toucas, toalhas, roupões e sobrebotas. Os valores das receitas foram tratados sem o imposto do valor acrescentado.

No apuramento das receitas foram notadas algumas discrepâncias de valores, principalmente no ano de 2013, uma vez que, do mês de Março desse ano em diante, foi adotada a utilização do software “TAX” e como tal, durante os dois primeiros meses do ano, não foram registadas as totalidades das guias de receita (pagamentos recebidos ao balcão) e faturas (cedência semanal de pistas) e, por consequência, o valor do mês de Março é muito elevado por conter o remanescente dessas mesmas guias e faturas. No início de cada ano, algumas faturas e guias podem ser referentes a meses anteriores, cujo apuramento exato se tornou difícil, pelo menos para os complexos, que não o da realização do estágio.

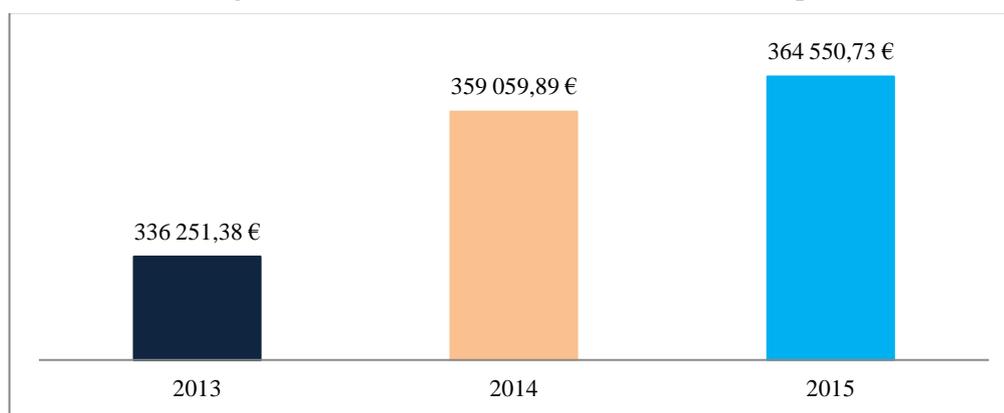
O valor registado para as receitas é sujeito a algum tipo de isenção que, segundo a alínea u, do número 1 do artigo 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, que descreve o Regime Jurídico das Autarquias Locais

Compete à Câmara Municipal, deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos trabalhadores do município, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares.

Assim, é possível a Câmara Municipal conceder apoio financeiro, sob a forma de isenção total ou parcial de pagamento, a algumas entidades e utentes individuais. A descrição das entidades, associações e/ou utentes abrangidos pela isenção está presente nos artigos 7 e 8, do Capítulo II, do Edital 101/2012, que enuncia o Regulamento e Tabelas de Taxas e Preços Municipais. Além disso, no mesmo edital, é descrita a Tabela de Taxas Municipais e outras Receitas Municipais, onde constam todas as taxas cobradas por cada serviço municipal. Nos artigos número 51, 52 e 53, são enumeradas as tarifas da piscina olímpica, da Rui Abreu e da Luís Lopes da Conceição, respetivamente.

Analisando ao longo dos três anos, as receitas das piscinas municipais aumentaram favoravelmente, facto observável pelo Gráfico 3. De 2013 para 2014, a variação foi de 6,78% e no ano subsequente, a variação foi de 1,53%. O aumento de 2014, deveu-se a vários fatores, como a abertura da piscina de Celas, à cobrança direta das taxas referentes aos cartões na Rui Abreu e ao aumento da receita na Luís Lopes da Conceição.

Gráfico 3 – Evolução Anual das Receitas das Piscinas Municipais de Coimbra



Fonte: Software “TAX”. Elaboração Própria.

A evolução das receitas da piscina olímpica, a nível global foi negativa, com registo de decréscimos ao longo dos três anos: 4% de 2013 para 2014 e 10% no ano subsequente. Ao longo do ano de 2013, a receita mensal foi variando, registando-se picos em Março e Julho que, dizem respeito a faturas e guias referentes a meses anteriores. Nos dois anos seguintes, a receita já foi relativamente equilibrada ao longo dos meses, não se registando valores para o mês de Janeiro, por estarem inseridos nos meses subsequentes. Em 2014, registou-se o maior valor no mês de Março, cujo mês com a menor receita foi o mês de Setembro, tendo havido um grande aumento nos meses seguintes, por serem considerados os meses de abertura de época. Em 2015, os valores de receita alcançados

foram semelhantes aos de 2014, contudo o mês mais fraco foi, novamente, o de Setembro. A proporção de receita entre guias de receita e faturas foi-se alterando, tendo as guias de receita ganho peso no total, verificando-se 56,66% em 2013 e 68,58% em 2015.

Na Rui Abreu, o cenário global, foi positivo de 2013 para 2014 e negativo no ano seguinte. A nível mensal, em 2013, o cenário foi bastante irregular, observando-se o valor elevado de Março, pelo registo de receita de outros meses. Nos meses de Setembro e Outubro verificou-se um elevado valor de receita de cerca de 16,5 mil euros. No ano de 2014, a distribuição mensal das receitas já foi consideravelmente aceitável, com uma quebra no mês de Setembro, mas com um crescimento elevado para o mês de Outubro justificado pelo começo de utilização do método de pagamento dos cartões de utente ao balcão. A proporção de receita entre guias de receita e faturas foi-se alterando mas muito ligeiramente, tendo as guias de receita ganho peso no total, verificando-se 68,17% em 2013 e 70,20% em 2015.

As receitas da Luís Lopes da Conceição apresentam, tal como a Rui Abreu, um aumento no primeiro ano, de 16%, e uma diminuição no ano subsequente, de 4%. Mensalmente, o comportamento irregular em 2013, é justificado pelo mesmo motivo que os complexos anteriormente referidos. A principal diferença está no mês em que aconteceram os registos de outros meses, que neste caso, se deu em Maio. A quebra de Agosto é, como em todas as outras piscinas, causa do encerramento das mesmas por um período de quinze dias para manutenção. Nos dois anos seguintes, ao longo dos meses, as receitas foram muito semelhantes, tendo o valor mais elevado sido registado em Novembro de 2014. A proporção de receita entre guias de receita e faturas foi-se alterando no sentido contrário dos dois complexos anteriores, tendo as faturas um crescimento ao longo dos três anos.

A piscina de Celas esteve encerrada ao público durante todo o ano de 2013 e no primeiro semestre de 2014, assim, e também por essa razão, os valores de receita desta piscina são menores. Apesar de existirem acessos de Julho de 2014 em diante, a piscina foi de utilização gratuita até ao mês de Novembro desse mesmo ano, uma vez que as taxas ainda não se encontravam aprovadas. Nos dois meses em que a piscina esteve a gerar receita conseguiu-se faturar cerca de 8,8 mil euros. No ano de 2015, os resultados foram relativamente bons, atingindo um valor acima dos 5 mil euros em Março e Abril,

diminuindo até aos meses de Agosto e Setembro. Em Novembro, o valor voltou a crescer por ser início de época gerando-se um total de receita perto dos 6 mil euros. A proporção de receita entre guias de receita e faturas alterou-se, com uma diferença de 9,37% a favor das faturas.

Despesa

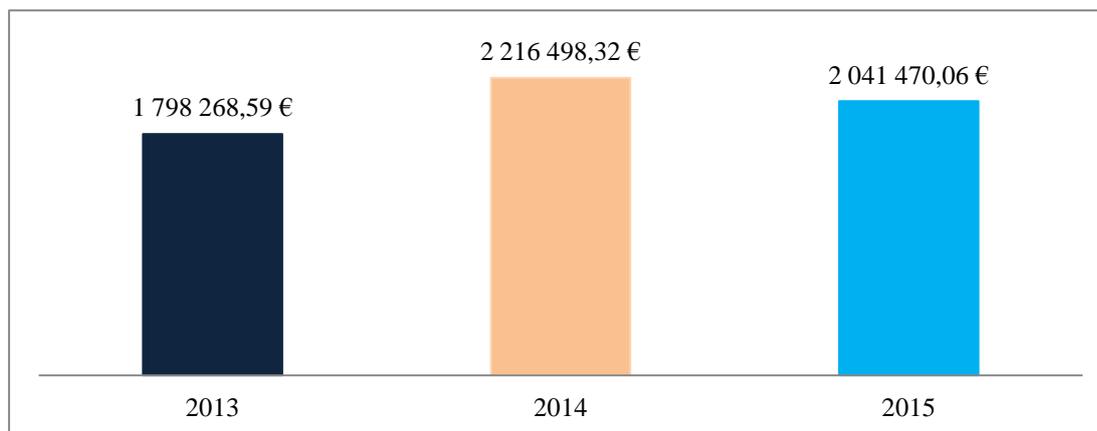
As despesas referentes às piscinas municipais dizem respeito aos gastos de cada instalação e que são indispensáveis ao seu funcionamento. Os dados que serão apresentados de seguida foram retirados do Centro de Custos da Contabilidade, cujos valores representam o total global de cada ano. Além dos balancetes retirados, foi necessário o apuramento dos vencimentos dos funcionários de cada instalação, acrescidos dos funcionários da equipa de gestão técnica, que são transversais a todos os complexos.

Segundo a alínea a, do número 1, do artigo 16 da Norma de Controlo Interno adotada pela Câmara em questão, todas as despesas inerentes a qualquer serviço municipal, só podem ser efetuadas quando

- 1) O facto gerador da obrigação de despesa respeite as normas legais aplicáveis;
- 2) A despesa em causa disponha de inscrição no orçamento e, se for o caso, nas GOP, tenha cabimento na respetiva dotação e esteja adequadamente classificada;
- 3) A despesa em causa satisfaça os princípios da economia, da eficiência e da eficácia.

O Gráfico 4, abaixo indicado, apresenta a evolução global da despesa das piscinas do município, incluindo tanto os valores resultantes dos balancetes da Contabilidade de Custos, como o valor apurado para os vencimentos dos funcionários. Pelo gráfico, é possível observar um aumento da despesa, de 2013 para 2014 em cerca de 23,3%, e uma diminuição no ano seguinte de 8%.

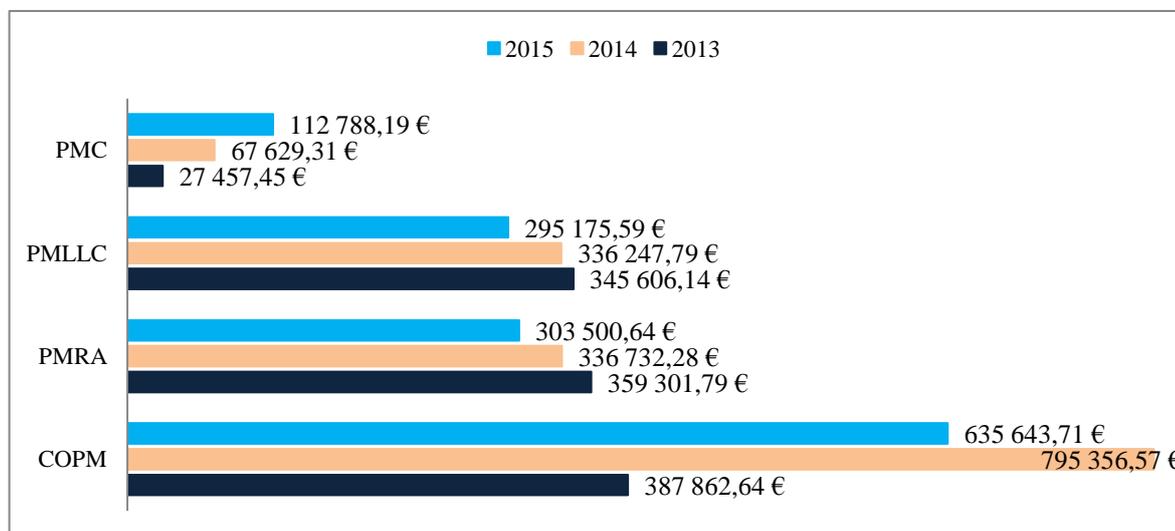
Gráfico 4: Evolução Anual da Despesa das Piscinas Municipais



Fonte: Centro de Custos da Contabilidade da CMC. Divisão de Recursos Humanos da CMC. Elaboração Própria.

Na análise das despesas, importa, também, a evolução de cada complexo individualmente. O Gráfico 5, abaixo indicado, mostra esse comportamento, não incluindo o valor dos vencimentos dos funcionários agregados a cada complexo.

Gráfico 5 - Evolução Anual da Despesa de cada complexo de 2013 a 2015



Fonte: Centro de Custos da Contabilidade da CMC. Elaboração Própria.

A piscina olímpica (COPM), por ser o complexo de maiores dimensões e, também aquele que diariamente tem mais utilizações, apresenta as despesas mais elevadas de todos os complexos. Contudo, em 2013, todas as instalações, com exceção de Celas (PMC), apresentaram um valor de gastos relativamente próximos, fazendo uma média de 364 mil euros. Em 2014, o valor da despesa aumentou perto de 105%, e no ano subsequente

diminuiu cerca de 20%. O exponencial aumento verificado em 2014 foi resultado de alterações em algumas rubricas, tais como, custos de amortizações mensais, de cerca de 300 mil euros, eletricidade, de perto de 78 mil euros, e na rubrica de limpeza, higiene e conforto, de quase 20 mil euros. O valor de 2015, voltou a diminuir, uma vez que a rubrica de eletricidade registou uma queda de cerca de 93,5 mil euros.

A despesa da Rui Abreu (PMRA) diminuiu ao longo do período em análise. De 2013 para 2014, houve uma variação positiva de 6,28% e no ano seguinte, de 9,87%. O decréscimo verificado nos dois anos foi consequência da descida da rubrica de outros combustíveis que dizem respeito ao gastos de gás, cujo resultado se deve à baixa da temperatura da água neste complexo, que se refletiu nos consumos semanais e, posteriormente, nos gastos.

A piscina de São Martinho do Bispo (PMLLC) registou um comportamento semelhante à Rui Abreu, tendo conseguido alcançar, em 2015, valores de despesa mais baixos. Em 2014, a variação foi em cerca de 2,7% e no ano seguinte de 12,21%. A ligeira variação em 2014 foi resultado de descida das rubricas de eletricidade e de outros combustíveis (gás). No ano seguinte, a diminuição deveu-se à anulação da rubrica outros fornecimentos e serviços diversos.

A despesa de Celas foi relativamente baixa, ao longo do período analisado, não só justificado pela abertura ao público no segundo semestre de 2014, mas, também, por ser a piscina de menores dimensões do município. Pela sua abertura, é justificável que as suas despesas aumentem. No ano de 2013, as despesas verificadas dizem respeito a construções, outras reparações e conservações. No ano seguinte, e com o início de atividade, as despesas aumentaram 146%, dizendo respeito a materiais e a outros custos diretos, referentes a eletricidade, água, outros combustíveis, limpeza, higiene e conforto e outros fornecimentos e serviços diversos. Em 2015, as despesas aumentaram, exclusivamente pelo crescimento da rubrica de outros custos diretos. As rubricas que mais contribuíram para este aumento, foram as de eletricidade, outros combustíveis e água.

As despesas das piscinas do município retiradas do Centro de Custos da Contabilidade, não incluem os vencimentos dos funcionários que integram cada um dos complexos. Em cada piscina integram técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes

operacionais com funções diversas, entre gestão, aulas, atendimento ao público, vigilância e manutenção. Transversalmente, existem os funcionários da EGT, que desempenham funções em todos os complexos, sendo eles que coordenam os funcionários da manutenção. Os vencimentos pagos aos funcionários são considerados um custo, ainda que, estes apesar de serem um custo para a autarquia, são na sua realidade uma receita para a população do município, ocorrendo, neste caso, um efeito redistributivo.

A evolução anual do valor dos vencimentos dos funcionários das piscinas encontra-se no Gráfico 6, abaixo indicado. Nele é possível observar, que as despesas com os vencimentos dos funcionários das piscinas apresentaram uma tendência crescente, ao longo dos três anos de análise. De 2013 para 2014, esse valor aumentou 0,37% e no ano seguinte aumentou, 2,03%.

Gráfico 6 - Evolução Anual dos Vencimentos dos Funcionários das Piscinas



Fonte: Divisão de Recursos Humanos da CMC. Elaboração Própria.

No que respeita aos vencimentos de cada complexo individualmente, estes variam consoante o número de funcionários de cada instalação. A discriminação do número de funcionários e do valor dos vencimentos é apresentado na Tabela 5, indicada na página seguinte.

Tabela 5 - Discriminação dos Vencimentos dos Complexos de 2013 a 2015

Instalação	2013		2014		2015	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
COPM	16	230 154,00 €	17	211 943,28 €	14	207 975,31 €
PMRA	14	200 574,36 €	16	195 575,12 €	13	176 479,09 €
PMLLC	12	179 151,91 €	14	185 801,92 €	13	193 106,32 €
PMC	0	0,00 €	4	19 960,58 €	6	50 916,52 €
EGT	3	68 160,30 €	3	67 251,47 €	3	65 884,69 €

Fonte: Divisão de Recursos Humanos da CMC. Elaboração Própria.

Em 2013, a instalação que apresentava o valor de vencimentos mais elevado era a piscina Olímpica, por ser aquela que integrava um maior número de funcionários. No ano seguinte, o valor diminuiu cerca de 7,91%. No ano de 2015, com a redução de três funcionários, o valor voltou a descer para próximo de 208 mil euros. Na Rui Abreu, em 2014, trabalhavam 16 funcionários e o valor dos vencimentos diminuiu cerca de 2,49%. No ano subsequente, com a redução de mais três funcionários, os vencimentos também diminuíram para quase 176,5 mil euros. Na Luís Lopes da Conceição, os vencimentos foram aumentado ao longo do período de análise, cuja variação de 2013 para 2014 foi de 3,71% e no ano seguinte de 3,93%. A piscina de Celas não apresenta valor de vencimentos para o ano de 2013, uma vez que esta se encontrava encerrada. Para 2014, o valor registado atingiu quase os 20 mil euros e em 2015, com o aumento de dois funcionários, o valor variou cerca de 155,09%, atingindo os 50 mil euros.

Desta lista fazem parte os vencimentos respeitantes à EGT, que ao longo do período de análise contou com o mesmo número de colaboradores. Aqui, a evolução apresentou um decréscimo, ainda que ligeiro. De 2013 para 2014, a variação foi de 1,33% e no ano subsequente foi de 2,03%.

Em termos de peso, a instalação que mais peso tem nas despesas com vencimentos é a Olímpica (COPM), ao longo dos três anos. Ainda assim, em 2013 e 2014, a Rui Abreu (PMRA) apresentava um valor relativamente próximo (cerca de 4,36% no primeiro ano e 2,41% no segundo). Em 2015, a Luís Lopes (PMLLC) também se aproximou do peso do COPM, com uma diferença de 2,14%. A EGT tem rondado um peso de 10% ao longo do período analisado. Celas é aquela que representa um menor peso, mas de 2014 para 2015, esse aumentou cerca de 4,40%.

Análise Económica das Piscinas Municipais de Coimbra

Analisando o valor das receitas globais em cada ano de análise e o valor a pagar pelos vencimentos, cujo gráfico se situa em Anexos (Anexo 5) é possível concluir que em nenhum ano de estudo, as receitas foram superiores à despesa com os vencimentos (não incluindo os funcionários da EGT), querendo assim dizer que, as receitas provenientes de cada complexo por si só, não são suficientes para fazer face ao pagamentos dos próprios funcionários.

Margens

A análise das receitas e despesas referentes às piscinas municipais permite-nos apurar as margens de cada ano e de cada complexo individualmente. A Tabela 6 discrimina as receitas, despesas e margens de cada complexo ao longo dos três anos.

Tabela 6 - Discriminação das Receitas, Despesas e Margens das Piscinas de 2013 a 2015

Instalação	2013	2014	2015
Receitas			
PMRA	62 737,55 €	72 072,30 €	63 020,15 €
COPM	199 493,11 €	191 710,86 €	173 070,81 €
PMLLC	74 020,72 €	86 476,43 €	82 490,37 €
PMC	0,00 €	8 800,30 €	45 969,40 €
<i>Subtotal das Receitas</i>	<i>336 251,38 €</i>	<i>359 059,89 €</i>	<i>364 550,73 €</i>
Despesas			
PMRA	559 876,15 €	532 307,40 €	479 979,73 €
COPM	618 016,64 €	1 007 299,85 €	843 619,02 €
PMLLC	524 758,05 €	522 049,71 €	488 281,91 €
PMC	27 457,45 €	87 589,89 €	163 704,74 €
Vencimentos da EGT	68 160,30 €	67 251,47 €	65 884,69 €
<i>Subtotal das Despesas</i>	<i>1 798 268,59 €</i>	<i>2 216 498,32 €</i>	<i>2 041 470,06 €</i>
Margens			
Margem TOTAL	-1 462 017,21 €	-1 857 438,43 €	-1 676 919,33 €

Fonte: Software "TAX". Centro de Custos da Contabilidade da CMC. Divisão de Recursos Humanos da CMC. Elaboração Própria.

Na tabela acima, podemos observar a evolução das margens em cada ano, cujo valor se apura retirando o valor das despesas anuais ao valor das receitas. Além disso, é necessário retirar o valor dos vencimentos da EGT, uma vez que não existe uma base de imputação a aplicar para os repartir pelos complexos. A margem em 2013, como ao longo dos três anos, foi negativa, em cerca de 1,46 Milhões de euros. No ano seguinte, a margem

foi ainda mais baixa chegando perto dos 1,9 Milhões de euros. Em 2015, a margem melhorou, ainda que continue negativa, ultrapassando pouco os 1,6 Milhões de euros.

Assim, é verificável que, as piscinas municipais não são autossustentáveis financeiramente, uma vez que, o valor das despesas anuais ultrapassam em grande medida as receitas geradas por cada um dos complexos. As piscinas representam um serviço municipal cujo objetivo não se prende por gerar lucro, mas, sim, por promover a equidade no acesso a todos os serviços municipais e ao desenvolvimento da própria autarquia. Ainda que, esta não apresente uma sustentabilidade financeira, existe a viabilidade económica e social associada, e retratada no ponto 1 deste relatório, que retrata a importância da existências das instalações no município.

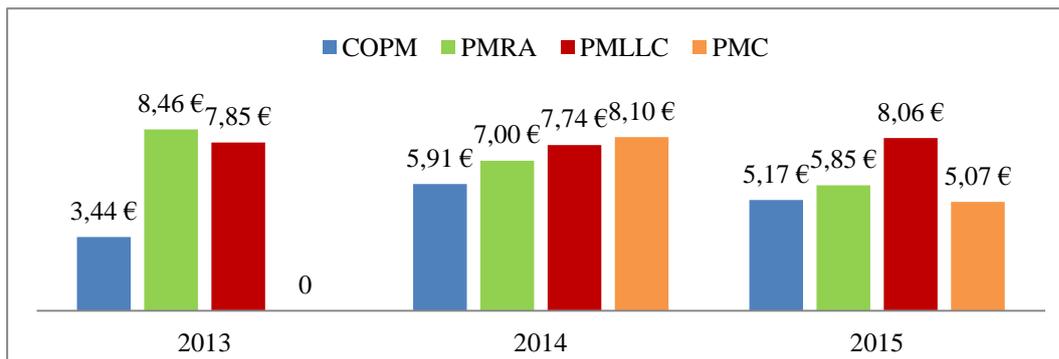
3.2. Estimativa da Tarifa ajustada de entrada por Utente das Piscinas Municipais

Após uma análise detalhada das utilizações, receitas, despesas e margens associadas a cada complexo, é necessário efetivar, na realidade, o custo que cada piscina tem com cada utente. O apuramento deste custo, torna-se importante, para que seja possível estimar a tarifa a ser cobrada à entrada.

Custo por Utente

O Gráfico 7, indicado na página seguinte, apresenta o custo por utente acima referido, que foi calculado através do quociente entre o valor total das despesas, em euros, do ano em questão (sem incluir as despesas de vencimentos da EGT) e o número de utilizadores que as instalações tiveram nesse mesmo ano.

Gráfico 7: Evolução do Custo por utente em cada complexo



Fonte: Software "Sporstudio". Centro de Custos da Contabilidade da CMC. Elaboração Própria.

Pelo gráfico, realça-se o elevado custo por utente que a Luís Lopes apresenta, perfazendo uma média de 7,88€ ao longo dos três anos. Em 2015, chegou a atingir os 8€ por utente, uma vez que ocorreu uma diminuição de utilizações, em relação à despesa. A piscina Olímpica, apresenta os valores mais baixos, em relação a qualquer uma das outras piscinas. A média ao longo do horizonte temporal foi de 4,84€. A Rui Abreu apresentou um média de custo por utente de 7,10€, situada acima da verificada para a Olímpica mas, abaixo da registada para a Luís Lopes. Celas, por ter estado encerrada durante o ano de 2013 e apesar de ter sido verificada despesa para a piscina, não foram registadas utilizações e portanto, não é possível o cálculo deste custo. A média dos anos seguintes foi de 6,59€, sendo aquela piscina a que verifica um custo mais elevado no ano de 2014, pelo facto de que, o número de acessos foi muito reduzido, tendo em conta a despesa que esta incorreu em obras e reparações. Ao nível global, o custo médio em cada ano foi de 6,58€ em 2013, 7,19€ em 2014 (aumento justificado pelo elevado custo por utente em Celas – 8,10€) e 6,04€ em 2015.

Segundo as alíneas 2.1 dos artigos 51, 52 e 53, do Edital 101/2012 onde consta a Tabela de Taxas Municipais e Outras Receitas Municipais, as entradas de regime livre em cada instalação são iguais e variam segundo o tipo de utente, ou seja, se é referente a crianças, adultos, séniores/cartão de estudantes e cartões-jovens ou famílias numerosas. Na Tabela 7, abaixo indicada, são apresentadas as tarifas de uma entrada em regime livre, que variam entre 1,50€ e os 2,50€.

Tabela 7 - Taxas de uma entrada pontual nas Piscinas Municipais

Crianças (6-12 anos)	Adultos	Sénior/ C. Jovem/ C. Estudante	Famílias Numerosas
1,50 €	2,50 €	2,00 €	1,50 €

Fonte: Edital 101/2012 “Regulamento de Tabelas e Taxas e Preços Municipais”. Elaboração Própria.

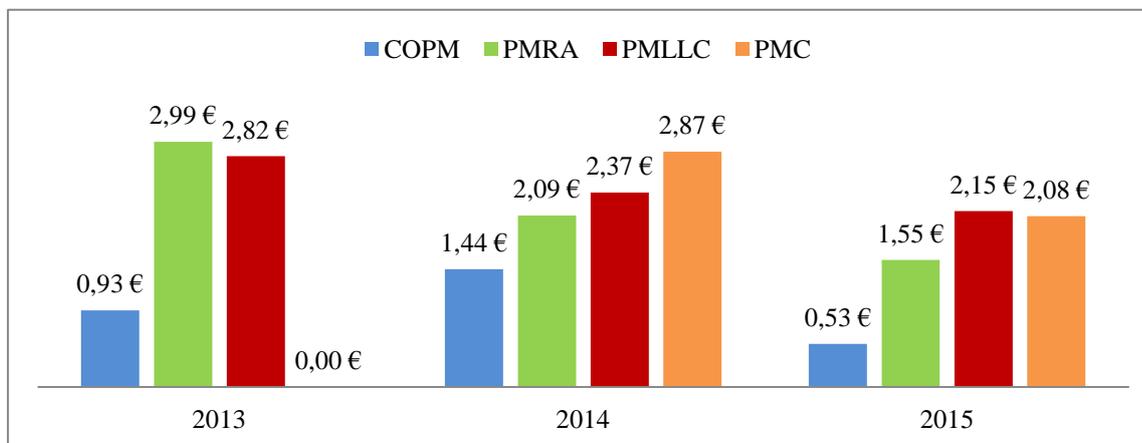
A taxa a ser cobrada pela cedência de pistas aos clubes de natação varia consoante o tipo de instituição (clubes/associações/entidades públicas ou clubes em treino de natação pura/escolas e estabelecimento de ensino) e a instalação onde a cedência é efetuada, uma vez que as dimensões das piscinas não são as mesmas e cujas tarifas se encontram no edital 101/2012 acima referido.

Ainda assim, o custo por utente suportado por cada instalação ultrapassa em larga escala o valor cobrado de uma entrada pontual na piscina, ou seja, cada instalação, recebe no máximo 2,50€ por entrada (no caso dos adultos), quando na realidade o utente custou à piscina entre 3,44€ (COPM em 2013) e 8,46€ (PMRA em 2013).

O custo por utente, na sua maioria, advém do custo suportado pelas instalações, de três rubricas fundamentais ao funcionamento das mesmas, sendo elas, a eletricidade, os outros combustíveis (gás) e a água.

O apuramento do custo por utente destas três rubricas tornou-se fundamental. O cálculo baseou-se no custo total das despesas nessas três rubricas num determinado ano e o número de utentes nesse mesmo período. Como a piscina de Celas só se encontrou aberta ao público de Julho de 2014 em diante, o custo para esta instalação não foi calculado para 2013. O Gráfico 8, indicado na página seguinte, mostra a evolução desse custo, para cada complexo.

Gráfico 8: Evolução do custo por utente em relação às rubricas de água, luz e gás de 2013 a 2015



Fonte: Software "Sportstudio". Centro de Custos da Contabilidade da CMC. Elaboração Própria.

No ano de 2013, a instalação que verificou um custo por utente destas três rubricas mais elevado foi a Rui Abreu, que quase atingiu os 3€ por utente. As outras instalações observaram um custo elevado com uma média de 1,69€ por utente. A piscina Olímpica foi aquela que observou um custo por utente mais baixo, não chegando a atingir 1€. Na Olímpica e na Luís Lopes, a rubrica que tinha um maior peso era a dos outros combustíveis, uma vez que as despesas de gás eram as mais elevadas das três. Na Rui Abreu, a rubrica de eletricidade representava a maior proporção.

Em 2014, o COPM (olímpica) aumentou o seu custo em 35%, tendo ultrapassado os 1,44€. As outras instalações, tiveram um comportamento oposto, ocorrendo uma diminuição do seu custo, no caso da Rui Abreu variou 43% e a Luís Lopes variou 19%. Celas apresentou um custo elevado de 2,87€, que se justifica pelo pouco tempo de abertura desta instalação, mas que envolveu despesas avultadas em relação à quantidade de utentes. Neste ano, a rubrica de maior peso foi a de eletricidade para todas as instalações.

No ano de 2015, todas as instalações diminuíram o seu custo por utente. A instalação que verificou um decréscimo maior foi a Olímpica. A Rui Abreu diminuiu 35% e Celas diminuiu 38%, em relação ao ano anterior. A Luís Lopes foi a que diminuiu em menor percentagem (10%). Neste ano, com a exceção do COPM, a rubrica com maior proporção no custo por utente, foi a de eletricidade, tal como o ano anterior. Na piscina

olímpica, as despesas com a eletricidade caíram significativamente, o que fez com que o custo da água por utente representasse a maior fatia do custo por utente deste ano.

Relacionando os valores dos custos por utente do Gráfico 11 com os da Tabela 7, podemos analisar que ao longo dos três anos as diferenças foram-se atenuando em todas as instalações. Em 2013, o custo por utente na piscina olímpica era coberto por todas as entradas de regime livre que existem. No caso das outras duas piscinas municipais, o custo por utente ultrapassava o valor cobrado a qualquer entrada de regime livre. No ano seguinte, apenas a piscina de Celas apresentava um valor superior a qualquer tarifa cobrada à entrada. Em 2015, a tarifa de entrada de regime livre para adultos de 2,50€ cobria todos os custos por utente calculados.

Cálculo da Tarifa a ser cobrada à entrada

Para a conclusão deste ponto principal do relatório é proposto que se apure um valor a ser cobrado à entrada em cada complexo. Como já anteriormente foi referido, este serviço municipal não tem o objetivo de gerar lucro, uma vez que este contribui, não só para a promoção do desenvolvimento e competitividade local, mas auxilia, também, na equidade do acesso ao serviço público.

No presente ponto foi referido que, existem isenções totais e parciais concedidas pela autarquia, cujo objetivo é o acima descrito. Contudo, e como já foi apurado, as piscinas municipais não são autossustentáveis financeiramente, e o valor negativo das margens verificam esse facto.

Pretende-se chegar a uma tarifa (valor, em euros) que seja ajustado a todas as entradas e possibilidades. Este ajuste, é difícil de alcançar, devido à variedade de entradas que existem nas piscinas. Assim, consideraram-se as utilizações ocorridas ao longo dos três anos, como entradas de regime livre, cujas taxas de entrada variam de 1,50€ a 2,50€ (ver Tabela 7). Por outro lado, como não existe base de imputação para os vencimentos da EGT, estes não foram contabilizados nas simulação efetuadas.

Foram realizadas simulações de possíveis valores desde 2,5€ a 5€, tendo em conta o número de acessos já registados. O valor das margens, se a tarifa cobrada à entrada fosse 5€, ao longo dos três anos era o apresentado no Tabela 8, indicada na página seguinte.

Tabela 8: Valor das Margens com uma tarifa de 5€ por entrada

	2013	2014	2015
Margem	- 165 718,29 €	- 525 446,85 €	- 285 690,37 €

Fonte: Elaboração Própria

Nesta simulação, foi possível obter os valores das margens, nos três anos em análise. No entanto, estas continuam a ser negativas, querendo assim dizer que, as piscinas permaneciam a ser insustentáveis do ponto de vista próprio. Ainda assim, este valor era, de certo modo, muito mais favorável, às contas de cada piscina e conseqüentemente, à situação financeira da Câmara Municipal, que até aqui, tem conseguido fazer face às discrepâncias nas margens.

Com o objetivo que este serviço municipal pretende alcançar (equidade e desenvolvimento social), é, claramente, perceptível, que o valor de 5€, não poderá ser suportado por todas as classes etárias e económicas da população de Coimbra, uma vez que, já existem isenções e descontos associados ao agregado familiar, idade e situação económica, para que seja possível, o acesso livre de todos os habitantes do município.

Sendo difícil que toda a população usufrua da mesma taxa de entrada, é necessário que as piscinas do município revejam os valores das suas despesas, em prol de uma gestão mais eficiente das suas contas. É preciso dar especial ênfase aos custos diretos, como eletricidade, água e gás, que representam, no seu conjunto, a maior fatia das despesas. Poderá ser também necessária, a revisão das políticas energéticas, uma vez que, alguns valores registados são anormais, tendo em conta, a época e a instalação, como por exemplo, instalações de menores dimensões, atingirem valores de despesas de uma dessas rubricas tão elevadas como a instalação de maiores dimensões (Olímpica).

Por outro lado, é necessária a monitorização completa dos utentes, nomeadamente, em relação à sua qualificação, à sua atividade profissional e idade, para seja possível um ajuste de apelos e campanhas de captação de utentes.

Assim, o município e, neste caso, este serviço municipal, deve ter em conta a revisão das despesas e a tentativa de aumento da procura de utentes, nomeadamente através de apelos e campanhas, com uma vertente ligada ao lazer e aos benefícios da saúde para a população envolvente.

4 – Análise SWOT às Piscinas Municipais de Coimbra

O último objetivo a que me propus consiste em realizar uma análise SWOT às piscinas municipais de Coimbra com o intuito de apurar, no ambiente interno, de cada instalação, os pontos fortes e fracos, e no ambiente externo, as oportunidades e ameaças. No que respeita ao ambiente interno, este varia de instalação para instalação, ao contrário do ambiente externo, que acaba por ter linhas gerais em comum em todas instalações.

Pontos Fortes

No seu conjunto, as piscinas do município apresentam uma localização estratégica, que se caracteriza como um ponto forte comum a todas as instalações.

Complexo Olímpico de Piscinas Municipais

A piscina Olímpica é a instalação que beneficia de uma localização mais central de todas as piscinas. Este ponto forte é, de facto, um dos que confere à piscina uma afluência de utentes maior que as outras piscinas. O tanque de água com dimensões olímpicas permite a sua frequência por clubes de natação de alta competição, que usufruem das pistas. A instalação tem umas dimensões avultadas, tendo ligação direta ao Pavilhão Municipal Dr. Mário Mexia e é provida de bancada para assistência, aquando de competições, provas e torneios. É uma das instalações aquáticas mais recentes e, por isso, o seu edifício encontra-se em melhor estado.

Piscina Municipal Rui Abreu

A Rui Abreu dispõe de uma localização mais a Norte do município de Coimbra, o que lhe permite atingir a população mais próxima envolvente. A proximidade de algumas escolas e centros escolares permite a frequência assídua dos seus alunos, tornando-se um elevado ponto forte para este complexo. Além disso, o estacionamento automóvel de dimensão satisfatória proporciona algum valor acrescentado à instalação. Por último, a piscina, pela sua dimensão mais pequena e localização não tão centralizada, tem uma afluência diária mais baixa, o que faz com que neste complexo haja menos aglomeração de utentes, em comparação à piscina Olímpica.

Piscinas Municipais Luís Lopes da Conceição

A piscina Luís Lopes da Conceição é a única instalação que está situada do lado Oeste do Rio Mondego, o que permite obter potenciais utentes que habitam nessa zona. A sua afluência assemelha-se à piscina Rui Abreu.

Piscina Municipal de Celas

Esta é a instalação mais antiga da cidade, que lhe concede um reconhecimento acrescido e, além disso, situa-se numa zona de elevada densidade populacional, que permite a captação de utentes diários.

Pontos Fracos

O maior ponto fraco registado está, no seu geral, ligado à necessidade de reparações de médio e elevado porte e cabimento.

Complexo Olímpico de Piscinas Municipais

Por esta ser a instalação mais central e, por consequência, a que apresenta maior frequência diária, é aquela onde existe maior acesso, principalmente, a partir das 17 horas da tarde, uma vez que decorrem aulas de natação em quase todas as pistas, além dos utentes que podem frequentar estas, através do regime livre.

Piscina Municipal Rui Abreu

A piscina Rui Abreu é o complexo que foi construído em primeiro lugar, em 2004, pelo que já apresenta algumas situações que necessitam da máxima atenção por parte da equipa de gestão técnica. Esta piscina é provida de um abundante espaço verde envolvente, além de campo para prática de desporto e de uns equipamentos de exercício físico nas traseiras do edifício. Este facto podia ser benéfico, mas a área em questão é pouco aproveitada.

Piscinas Municipais Luís Lopes da Conceição

O tanque de água tem umas dimensões mais pequenas que a Olímpica e que a Rui Abreu. Alguma da zona envolvente, também necessita de arranjos mas estas são menos gravosas do que as da Rui Abreu.

Piscina Municipal de Celas

Esta instalação é das que apresenta mais pontos fracos do que fortes no seu conjunto. A principal questão que se coloca nesta piscina é que, apesar desta ser a instalação mais antiga dos quatro complexos (construída em 1991) e de ter um reconhecimento maior por parte dos habitantes, o seu encerramento durante alguns anos não abonou a favor da sua imagem. Aquando da reabertura, em 2014, por parte de gestão municipal, esta instalação foi alvo de reformulações na sua estrutura, mas a sua construção é a mais antiga. O seu tanque de água é o mais pequeno de todos e é a piscina que tem menos utentes diários.

Oportunidades

A prática de desporto regular constitui um dos benefícios de maior peso para a saúde de qualquer indivíduo, seja ela de que modalidade for. Segundo a DGS nas conclusões do III Encontro de “Saúde em Piscinas” organizado pelo ministério da Saúde, Centro Regional de Saúde Pública de Lisboa e Vale do Tejo e a Associação Portuguesa de Profissionais de piscinas, instalações desportivas e lazer, realizado nos dias 14 e 15 de Fevereiro de 2007 na FIL, a prática de natação proporciona não só uma aprendizagem inicial, beneficiária a qualquer pessoa, mas também proporciona, de alguma maneira, a prática de desporto num ambiente diferente. Todos os serviços prestados pelos complexos constituem uma variedade de práticas, que agradam a todo o tipo de interesses, seja o da aprendizagem da natação em sentido estrito, quer na descontração de uma aula de hidroginástica e até mesmo na prática de desporto federado ou não. Assim, as piscinas municipais do município, promovem o desporto regular dos seus habitantes que, por força do quotidiano, se tornaram cada vez mais sedentários.

Ameaças

Coimbra é uma cidade muito ligada à natação, contudo esta apresenta uma diversidade enorme de ofertas desportivas, desde dança, ginástica, futebol, andebol, voleibol, basquetebol, canoagem, remo, golf, ténis, artes marciais, hóquei em patins, entre muitos outros, abrangendo todos os grupos etários. Apesar de toda a envolvente e benefícios que a prática de natação requer, existem outros que poderão vir pôr em causa a assiduidade dos utentes.

Hoje em dia, existem hotéis e espaços de tratamento de beleza, com vertente termal, que poderão de algum modo, desviar a prática de desporto ou exercício físico de âmbito aquático. Esta é uma das questões que é necessária lidar, apesar de que, com toda a oferta existente, as piscinas podem conseguir ultrapassar essa questão.

Assim, é necessário, uma vertente atrativa neste tipo de exercício desportivo para que não se deixe cair em desuso um desporto tão benéfico, segundo o ministério da saúde, não só para crianças, adultos e idosos, mas também para indivíduos de deficiência mental e física.

Em suma, a análise SWOT efetuada aponta alguns aspetos fortes das piscinas como a localização geográfica de todas elas, os tanques de água de dimensões satisfatórias, espaços verdes envolventes em algumas instalações e bom estacionamento. Por outro lado, algumas reparações são necessárias e devem ser tidas em conta. As oportunidades devem ser aproveitadas para que as piscinas continuem a ser um serviço municipal de excelência para a promoção do bem-estar e da saúde. Quanto às ameaças, algumas requerem a máxima atenção, para que se evite perdas de utentes e consequentemente, de receita.

5 – Balanço do Valor Acrescentado do Estágio Curricular

O estágio curricular a que me propus foi a minha primeira experiência profissional, pelo que me proporcionou um primeiro contacto com o mercado de trabalho em que me insiro. Para mim foi uma experiência enriquecedora, quer a nível pessoal quer profissional.

Durante o decorrer do estágio tive o privilégio de lidar com pessoas competentes a nível profissional que me ensinaram o sentido de responsabilidade a adotar numa futura carreira profissional.

Os conhecimentos adquiridos na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra foram adotados às tarefas que me foram propostas, que neste caso, foram mais direcionadas para a área da Contabilidade, na análise de receitas e despesas das piscinas do município, por forma a apurar o estado financeiro das mesmas, do Controlo de Gestão, no âmbito da análise do anterior desempenho das piscinas e na projeção de desempenho futuro, da Gestão, com o intuito de se auxiliar na tomada de decisões de carácter administrativo, nomeadamente, nas sugestões dadas e na área da Economia, na análise económica efetuada no serviço municipal em questão.

Estas áreas proporcionaram-me uma continuação de interesse por este ramo e, apesar de algumas dificuldades que foram surgindo, estas foram ultrapassadas com sucesso.

Foram abordados conceitos de carácter municipal, que permitiram uma maior perceção de toda a envolvente autárquica para a realização de um relatório mais completo. Estes conceitos eram-me totalmente desconhecidos, contudo foi-me fornecida toda a legislação e normas necessárias à sua compreensão.

No final do estágio, penso que a minha estadia na entidade de acolhimento (Câmara Municipal de Coimbra – Piscina Municipal Rui Abreu) foi positiva, uma vez que pude contribuir nas tarefas diárias e principalmente, deixando as conclusões da minha análise das piscinas, para que no futuro, estas se tornem economicamente viáveis.

6 – Conclusões

Na realização deste trabalho era pretendido a análise económica das piscinas municipais de Coimbra, com um intuito de melhoria de algumas práticas instituídas. O ponto inicial do presente relatório, foi realizado com um intuito de enquadrar geográfica, demográfica e economicamente o mesmo, para que se tornasse perceptível, o ambiente envolvente em que as piscinas municipais estão inseridas. Assim, Coimbra apresenta uma localização centralizada no país com uma estrutura etária da população razoavelmente distribuída para a prática de exercício físico, diretamente ligado às piscinas. Como foi referido ao longo do relatório, o público-alvo das piscinas é estendido a toda a estrutura etária da população, uma vez que os serviços disponíveis em todos os complexos são transversais a todas as idades. Por outro lado, este serviço municipal deve aproveitar o benefício positivo que a prática de desporto em geral e, especificamente, a natação, proporciona para a saúde mental e física de cada indivíduo.

De um modo geral, a Câmara Municipal apresenta uma boa situação financeira, com uma elevada solidez, competente de fazer face aos seus compromissos de curto e de médio/longo prazo. Por acréscimo, esta apresenta uma autonomia financeira estável, financiando o seu ativo, maioritariamente por capitais próprios. No que toca ao endividamento, tem-se verificado cada vez mais, uma diminuição das pressões na tesouraria. Estes factos, são uma vantagem à manutenção financeira de todos os serviços municipais.

O ponto principal deste relatório prendia-se na análise das utilizações, receitas e despesas das piscinas do município, de modo a confrontar uma relação entre elas, mas também, apurar o custo por utente em cada complexo, com o intuito de se conseguir encontrar uma tarifa de entrada apropriada ao custo que a instalação suporta com cada utilização.

As utilizações das piscinas em geral têm vindo a aumentar, mas sofrem de alguma variação sazonal, observando-se um pico na época de abertura (outubro e novembro), caindo posteriormente nos meses de junho, julho e agosto. Os meses de maior utilização são também os meses que correspondem à maior receita, exceto durante o ano de 2013, quando foi adotado o sistema de registo de faturas e guias, cujos registos foram efetuados

desfasadamente no tempo. A instalação olímpica de piscinas (COPM) que observa uma maior quantidade de utilizações diárias é, simultaneamente, a que tem maior receita mensal, e representa um maior peso no conjunto de receitas totais das piscinas. A instalação com menos peso é a piscina de Celas (PMC), por ser a de menores dimensões e a que tem menos afluência diária. No que respeita às despesas, estas superam as receitas em larga escala, o que leva a que no horizonte temporal em análise, existam margens negativas, não só no total de todos os complexos, mas também, em cada complexo individualmente. No apuramento das margens, destaca-se a piscina Rui Abreu (PMRA) por ter uma despesa demasiadamente avultada para a dimensão da piscina, uma vez que as suas despesas chegam a atingir e a ultrapassar as despesas registadas para a piscina Olímpica. Assim sendo, a Luís Lopes da Conceição é a piscina que representa um custo por utente mais elevado, com uma média de 7,88€, ao longo dos três anos. A piscina, cujo custo é mais baixo é a Olímpica, com 4,84€ de média no período de análise. A tarifa máxima cobrada por uma entrada pontual na piscina é de 2,50€ (entrada de adulto), que não supera qualquer um dos custos por utente apresentados.

As piscinas municipais são parte integrante dos serviços prestados pela Câmara Municipal, cuja finalidade não se prende na geração de lucro. É conclusivo dizer, que as piscinas, não são, pelos valores apresentados no presente relatório, autossustentáveis financeiramente. Estas subsistem, através da situação financeira geral da Câmara, ainda que essa não seja a situação ideal. A viabilidade financeira futura destas não é autónoma mas é, contudo, possível. Ainda assim, é realmente inquestionável a sua existência para os aspetos sociais a elas associados e, que foram retratados no ponto 1.

A tarifa apropriada a ser cobrada no valor de 5€, apresentada no ponto 3 é resultado de uma simulação efetuada, que, apesar de melhorar, significativamente, as contas das piscinas, é um valor que, pelo objetivo a ser alcançado (equidade e desenvolvimento social), seria impossível de implementar. Assim, é recomendável que se avalie, as despesas associadas às piscinas que ultrapassam, em larga medida, o valor das receitas.

Numa melhoria futura, era uma mais valia, a avaliação acima referida, bem como, o aproveitamento das oportunidades, relacionadas com os benefícios da prática de desporto

e da localização de cada uma das instalações, tendo sempre em atenção que é necessário, tornar a prática da natação, um desporto de elevado valor acrescentado.

Bibliografia e Webgrafia

Andrade, Carlos (2016). “História dos Paços do Município”. Acedido em 15 de Outubro de 2016 em <http://www.cm-coimbra.pt/index.php/municipio/municipio/historia-dos-pacos-do-concelho>

Caldeira, Jorge (2015) “100 indicadores da Gestão” Coimbra: Editora Atual

CMC: Câmara Municipal de Coimbra (2010). “Norma de Controlo Interno”.

CMC: Câmara Municipal de Coimbra (2012). “Edital 101/2012 – Regulamento de Tabelas e Taxas e Preços Municipais”

CMC: Câmara Municipal de Coimbra, (2013) “Relatório de Gestão de 2013”. Acedido em 13 de Setembro de 2016 em <http://www.cm-coimbra.pt/index.php/servicos/documentacao-geral/menu-area-de-ficheiros>

CMC: Câmara Municipal de Coimbra (2015). “Edital 22/2015 - Regulamento de Utilização e Funcionamento das Piscinas Municipais”

CMC: Câmara Municipal de Coimbra, (2015) “Relatório de Gestão de 2015”. Acedido em 13 de Setembro de 2016 em <http://www.cm-coimbra.pt/index.php/servicos/documentacao-geral/menu-area-de-ficheiros>

CMC: Câmara Municipal de Coimbra, (2016). Acedido a 6 de Janeiro de 2017 em <http://cm-coimbra.pt>

DGS: Direção Geral de Saúde (2007). “III Encontro de Saúde em Piscinas”. Acedido em 11 de Outubro de 2016 em <https://www.dgs.pt/em-destaque/iii-encontro-saude-em-piscinas.aspx>

Font-Ribera, Laia; Villanueva, Cristina; Ballester, Ferran; Marina, Loreto; Tardón, Adonina; Espejo-Herrera, Nadia; Esplugues, Ana; Dehli, Cristina; Basterrechea, Mikel; Sunyer, Jordi (2013) “Swimming pool attendance, respiratory symptoms and infections in the first year of life” *European Journal of Pediatrics*. 172, 977-985.

Gardner, Cindy; Jennerette, Ricci; Larson, Jane; Palmer, Mark; Zirkle, Sue (2009) “Swimming Pool Feasibility Study”. Acedido em 24 de Janeiro de 2017 em http://www.dcnr.state.pa.us/cs/groups/public/documents/document/dcnr_004975.pdf

INE: Instituto Nacional de Estatística (2012). População residente empregada ou estudante (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Condição perante o trabalho e Local de trabalho ou estudo; Decenal. Acedido em 7 de Outubro de 2016 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0006735&contexto=bd&selTab=tab2

INE: Instituto Nacional de Estatística (2013). Proporção da população não residente empregada na unidade territorial (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011); Decenal. Acedido em 15 de Outubro de 2016 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0007300&contexto=bd&selTab=tab2

INE: Instituto Nacional de Estatística (2014) População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2002), Sexo e Grupo etário; Anual. Acedido em 10 de Outubro de 2016 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0003182&contexto=bd&selTab=tab2

INE: Instituto Nacional de Estatística (2016) População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo e Grupo etário; Anual. Acedido em 10 de Outubro de 2016 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008273&contexto=bd&selTab=tab2

Lei 75/2013 de 12 de Setembro. “Regime Jurídico das Autarquias Locais”. Procuradoria Geral Distrital de Lisboa, Ministério Público. Lisboa

Morote; Álvaro-Francisco; Saurí, David; Hernández, María (2017) “Residential Tourism, Swimming Pools, and Water Demand in the Western Mediterranean” *The Professional Geographer*, 69:1, 1-11

Nelson, Mick e Sue (2011). “A new or renovated Aquatic Facility offers more for the community than Economic Impact” *Flash Social Savings Impact*. Acedido em 24 de Janeiro de 2017 em http://www.usaswimming.org/_Rainbow/Documents/d271deb1-f5ba-4544-aed9-d1b20b7a31d7/Flash%20Social%20Savings%20Impact.pdf

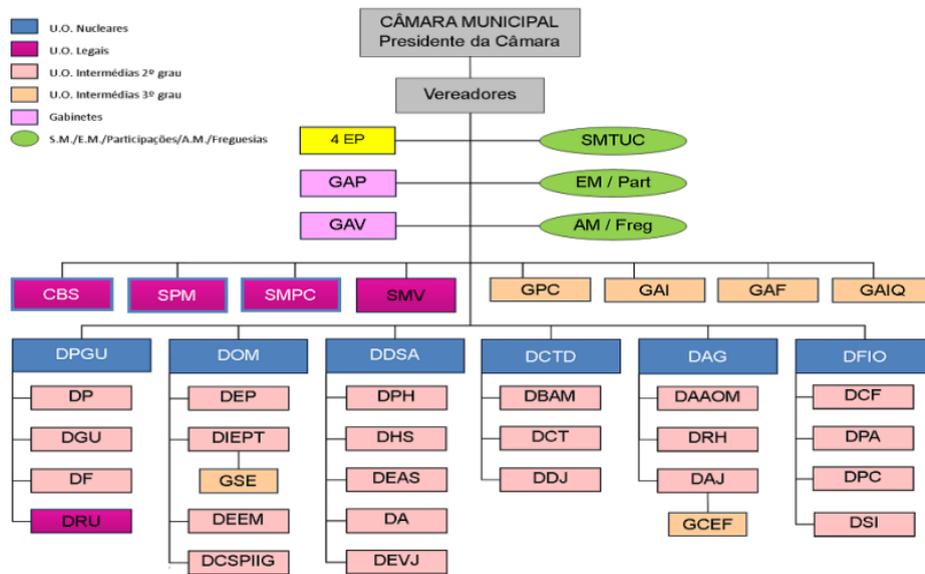
Pordata: Base de Dados Portugal Contemporâneo (2016) Quadro-Resumo: Coimbra. Acedido em 4 de Outubro de 2016 em [http://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Coimbra+\(Munic%C3%ADpio\)-6911](http://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Coimbra+(Munic%C3%ADpio)-6911)

Rak, Agnieszka (2014) “Sport and Recreation as a Quality of Life Factor on Example of Poland”. *Human Capital without Borders: Knowledge and Learning for Quality of Life*, Portorož, Slovenia 25-27 de Junho de 2014. Poland

Anexos

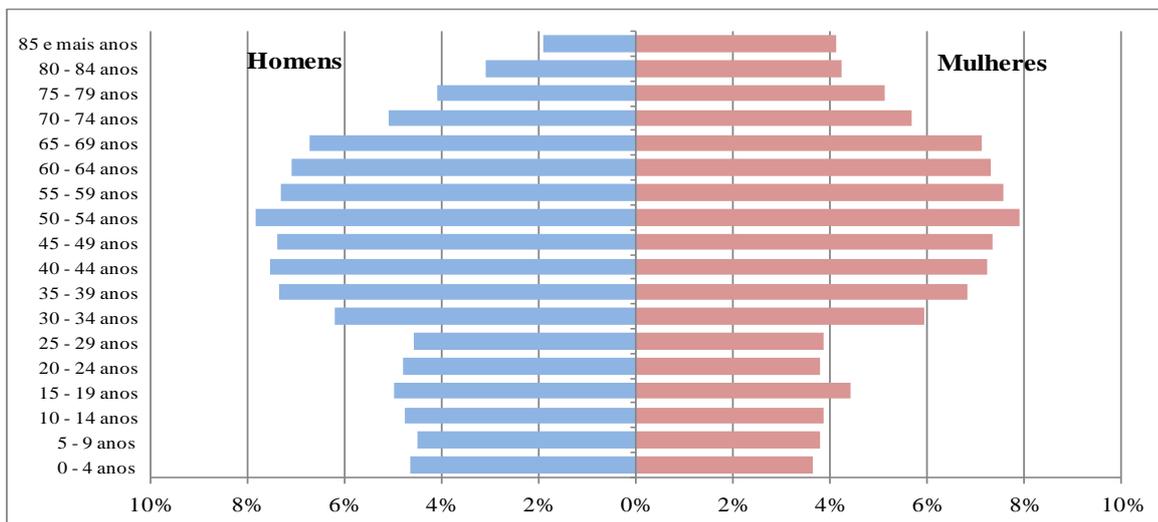
Análise Económica das Piscinas Municipais de Coimbra

Anexo 1 – Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Coimbra



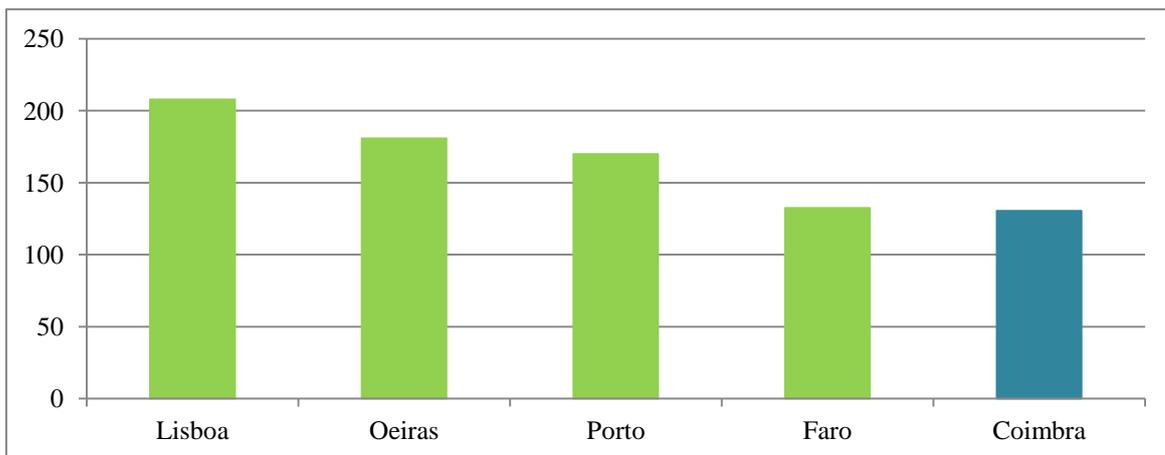
Fonte: CMC: Câmara Municipal de Coimbra, (2015) “Relatório de Gestão 2015”, <http://www.cm-coimbra.pt/index.php/servicos/documentacao-geral/menu-area-de-ficheiros> [3 de Outubro de 2016]

Anexo 2 - Estrutura Etária da População no Município, em 2015



Fonte: INE: Instituto Nacional de Estatística, (2016). Elaboração própria. <https://goo.gl/aaFNYG> [acedido a 7 de Novembro de 2016]

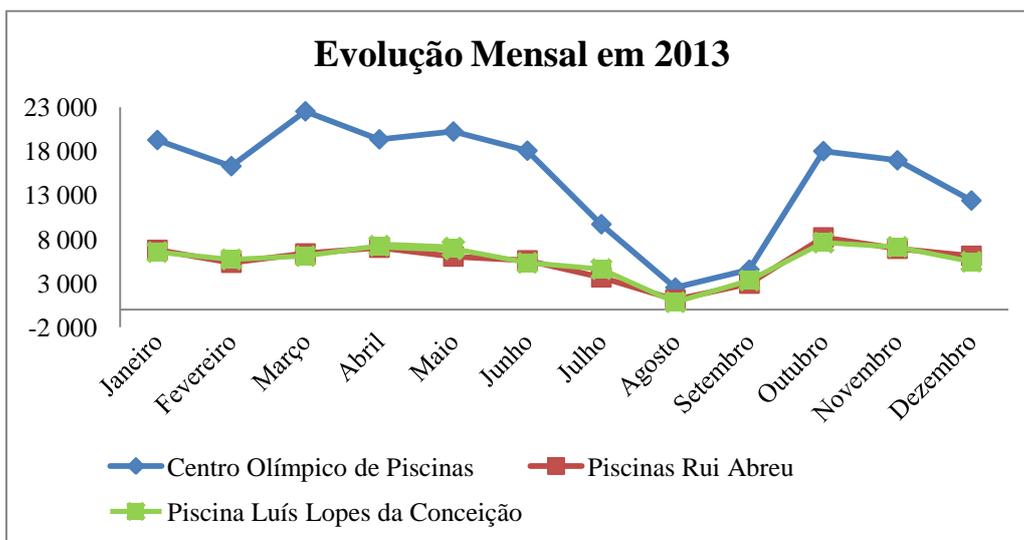
Anexo 3 - Poder de Compra per Capita, em 2013

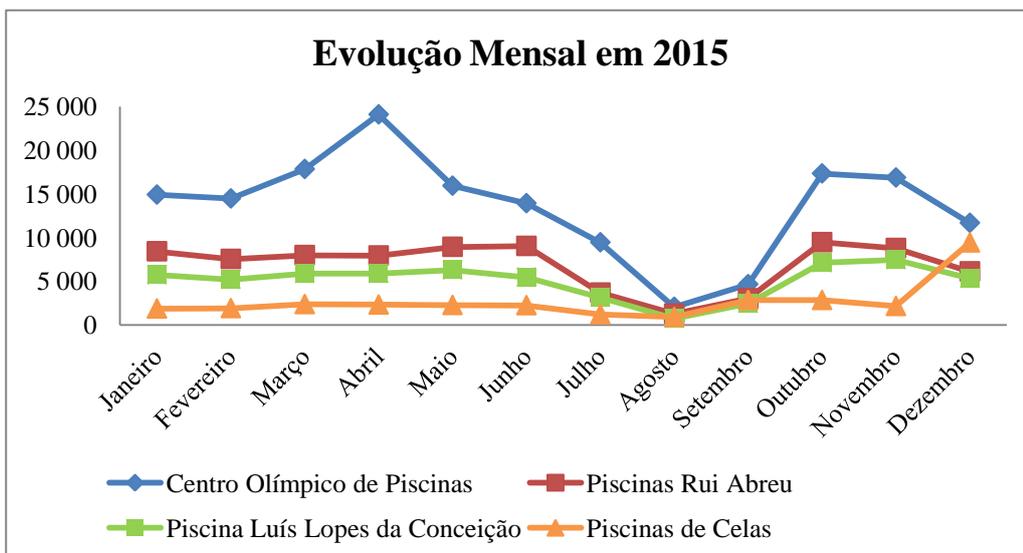
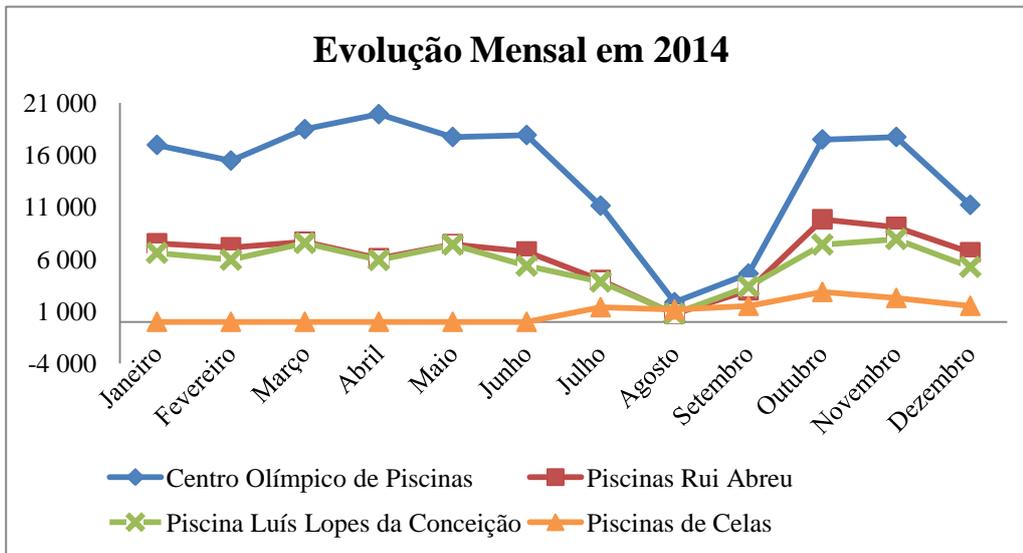


Fonte: INE – Instituto Nacional de Estatística

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008614&contexto=bd&selTab=tab_2 [acedido a 4 de Novembro de 2016]

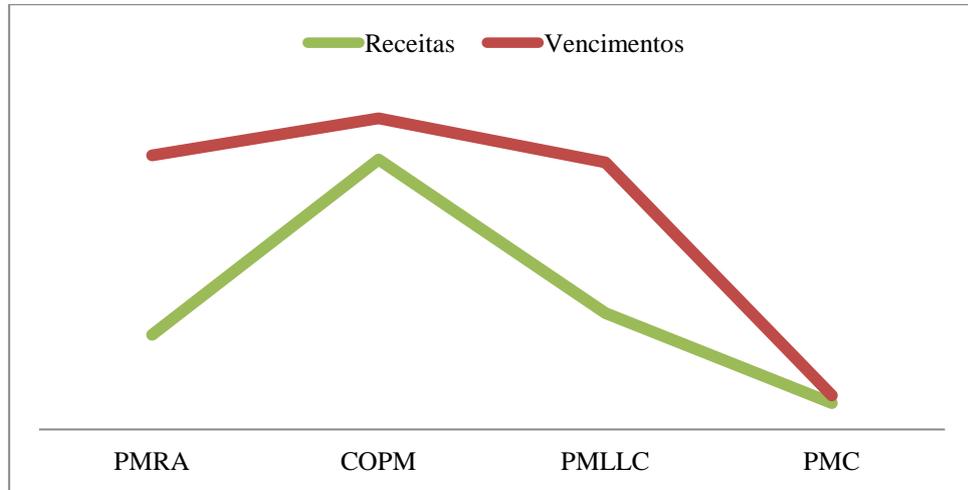
Anexo 4 – Evolução mensal das Utilizações em cada complexo, de 2013 a 2015





Fonte: "Sportstudio". Elaboração Própria

Anexo 5 – Comparação Receita – Vencimentos



Fonte: Software "TAX" e Divisão de Recursos Humanos da CMC. Elaboração Própria.